

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Elaine Cristina Alves Sabino

**AS PERSPECTIVAS DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
VULNERABILIDADE SOCIAL: desafios e possibilidades**

TAUBATÉ – SP

2019

ELAINE CRISTINA ALVES SABINO

**AS PERSPECTIVAS DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
VULNERABILIDADE SOCIAL: desafios e possibilidades**

Monografia apresentada para obtenção de diploma de Assistente Social no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Taubaté, sob orientação da Profa. Ma. Juliana Alves Barbosa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Assistente Social.

Taubaté – SP

2019

Sistema integrado de Bibliotecas – SIBi/ UNITAU
Biblioteca Setorial de Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Serviço Social

S116p Sabino, Elaine Cristina Alves

As perspectivas de vida de adolescentes em vulnerabilidade social: desafios e possibilidades. / Elaine Cristina Alves Sabino. - 2019.

84f.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Serviço Social, 2019.

Orientação: Profa. Ma. Juliana Alves Barbosa, Departamento de Serviço Social

1. Adolescentes - perspectivas. 2. Pobreza. 3. Vulnerabilidade social. I.Título.

CDD – 362.7

ELAINE CRISTINA ALVES SABINO

**AS PERSPECTIVAS DE VIDA DE ADOLESCENTES EM
VULNERABILIDADE SOCIAL: desafios e possibilidades**

Monografia apresentada para obtenção de diploma de Assistente Social no curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Taubaté, sob orientação da Profa. Ma. Juliana Alves Barbosa, como parte dos requisitos para obtenção do título de Assistente Social.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Juliana Alves Barbosa

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Marcia Rodrigues dos Santos Castro

Assistente social convidada

Assinatura: _____

Dedico este trabalho a todos (as) que em meio
as dificuldades não desistiram de sonhar e
acreditar em um mundo melhor!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus por todas as luzes que me concedeu e pelas pessoas com quem convivi neste caminho percorrido na construção do conhecimento.

Agradeço também ao Instituto Jesus Maria José pela oportunidade que me concederam de concluir uma graduação.

A minha família que sempre me apoiaram, minha razão de existir. Mãe, Michelle, Victor Hugo, Matheus, Elder, Raquel, Filipe, Tatiane, muito obrigada por tudo! Meu alento nos momentos mais difíceis e alegres da minha história, amo vocês!

E a você pai, que já se encontra diante de Deus, muito obrigada, o teu jeito simples e alegre me fez ser quem sou!!!! Saudades!

Também agradeço a minha orientadora pela paciência em me acompanhar e auxiliar na elaboração deste trabalho, muito obrigada!

Minha gratidão a equipe do Centro de Assistência Social do Santíssimo Redentor, pelo carinho e o apoio de cada um neste período de estágio, muito obrigada.

Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram nesta etapa da minha vida, minha gratidão, estarão sempre em meu coração!

Antes de conversarmos sobre a adolescência, é necessário resgatar em cada um de nós a compreensão de que somos sujeitos plenos. Sujeitos de direitos, de necessidades, de formas próprias de se expressar e participar da cultura. Sujeitos ao acerto e ao erro, sujeitos à crise, sujeitos a não dar conta das coisas, mas, sobretudo com o direito de se desenvolver em todas as dimensões, direito à liberdade, a uma vida digna e partilhada.

Carvalho, Salles & Guimarães

RESUMO

Tendo em vista a importância da pesquisa na construção do conhecimento humano, o presente estudo buscou conhecer e compreender o adolescente em vulnerabilidade social e, a partir de suas perspectivas de vida, identificamos e apontamos caminhos e possibilidades de transformação. Para tanto, a pesquisa teve como objetivo compreender as perspectivas de vida e de futuro do adolescente em situação de vulnerabilidade social que participam de um projeto social em Aparecida (SP). A metodologia empregada consistiu em uma abordagem qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi a entrevista conduzida por um roteiro de perguntas abertas e fechadas, com a participação de quatro adolescentes e uma assistente social que desenvolve ações socioassistenciais junta dos mesmos. Utilizamos a perspectiva teórica marxista a fim de compreender as particularidades dos envolvidos em sua totalidade, e as análises foram realizadas pela técnica da triangulação. A pesquisa fez-nos refletir o cotidiano como um espaço de superação da alienação; o processo da adolescência, como uma fase potencializadora; os impactos da vulnerabilidade social e relacional na vida dos adolescentes e de suas famílias; e a influência do projeto societário capitalista no modo de vida e das relações estabelecidas nestas famílias. Dessa forma, entendemos que a temática discutida ao longo da pesquisa apontou caminhos que podem direcionar a intervenção do assistente social e outros profissionais que acompanham adolescentes em seu processo reflexivo sobre seu futuro e a realidade social.

Palavras-chaves: Adolescente. Perspectivas. Pobreza. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

Given the importance of research in the construction of human knowledge, the present study sought to know and understand an adolescent in social vulnerability and from his perspectives of life we identify and point out ways and possibilities for transformation. Therefore the research aimed to understand the perspectives of life and the future of adolescents in socially vulnerable situations who participate in a social project in Aparecida (SP). The methodology employed consisted of a qualitative approach whose data collection instrument was the interview conducted by a script of open and closed questions with the involvement of four adolescents and a social worker who develops social assistance actions with them. In order to understand the particularities of those involved in entirety, we used the Marxist theoretical perspective and the analyses were performed by the triangulation technique. The research made us reflect the daily life as a space for overcoming alienation, the processes of adolescents as a potentializing phase, the impacts of social and relational vulnerability on the lives of adolescents and their families, and the influence of the capitalist societal project on the way of life and relationships established in these families. Therefore we understand that theme discussed through out the research pointed out ways that may drive the intervention of a social worker and other professionals who accompany adolescents in their reflective processes about their future and social reality.

KEYWORDS: Adolescent. Poverty. Perspectives. Relational Vulnerability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – NO ORDINÁRIO DA VIDA, ESTABELECEM-SE OS VÍNCULOS E A POSSÍVEL CONSCIÊNCIA CRÍTICA.....	19
1.1 Pobreza.....	19
1.2 A Política Nacional da Assistência Social.....	25
CAPÍTULO 2 – NAS ASPIRAÇÕES DA ADOLESCÊNCIA, NOVOS HORIZONTES ABREM-SE.....	46
CONCLUSÕES.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	70
Apêndice A – Roteiro das entrevistas com os adolescentes.....	71
Apêndice B – Roteiro da entrevista com a assistente social.....	72
ANEXOS.....	73
Anexo A - Termo de consentimento para realização de pesquisa na instituição.....	74
Anexo B – Termo de consentimento livre e esclarecido (pais).....	77
Anexo C – Termo de consentimento livre e esclarecido (assistente social).....	80
Anexo D – Termo de consentimento livre e esclarecido (adolescentes)	82

INTRODUÇÃO

A escolha da temática desta pesquisa surgiu a partir de uma inquietação da pesquisadora ao se deparar com um adolescente negro cheio de potencialidades, mas sem perspectivas de vida, no local em que a pesquisadora realizou seu estágio¹. Tratava-se de um adolescente aparentemente condicionado ou conformado com sua realidade marcada pela desigualdade social e pelo preconceito racial presente na sociedade capitalista.

Diante desta realidade surgiram inúmeros questionamentos: como uma futura assistente social pode intervir nesta questão? Como trabalhar as potencialidades do adolescente em situação de pobreza e com dificuldades de relacionamento familiar? Como trabalhar ou apontar as possibilidades de transformação com alguém que se encontra sem esperanças e sem sonhos? É um grande desafio!

A pesquisa partiu do pressuposto de que a situação de vulnerabilidade social influencia nas perspectivas de vida e no futuro dos adolescentes, com aspectos que podem ofuscar o reconhecimento de suas habilidades ou potencialidades e a sua capacidade de lutar pela transformação individual e coletiva da realidade precária em que está inserido.

Deduzimos também que a vulnerabilidade social traz sérios impactos nas escolhas e na construção de um projeto de vida dos adolescentes, com consequências determinantes no seu processo de desenvolvimento, como, por exemplo: a gravidez precoce, o tráfico, a violência, etc. Estas consequências que influenciam neste período de consolidação da sua personalidade, deixando-os mais frágeis e vulneráveis as situações de risco.

A vulnerabilidade social, segundo a Política Nacional de Assistência Social² caracteriza-se em duas dimensões na vida dos sujeitos: “dimensão material, aqueles que estão em condições precárias ou privados de renda e sem acesso aos serviços” e a “dimensão relacional, em que aqueles cujas características sociais e culturais (diferenças) são desvalorizados ou “descriminalizados” negativamente. (BRASIL, 2004, p. 9).

¹ Estágio realizado no Centro de Assistência Social Santíssimo Redentor, na cidade de Aparecida (SP), desde 2016.

² Material extraído do caderno que versa sobre os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Nesse sentido, destacamos alguns exemplos destas duas dimensões para compreendermos como as mesmas estão presentes em nosso cotidiano.

A dimensão de vulnerabilidade material é consequência de um tipo de privação, por exemplo, a privação de renda: o desemprego gera, na vida de qualquer família ou sujeito, sérias privações, como o não acesso a moradia, a alimentação, ou seja, às necessidades básicas de sobrevivência.

Já a dimensão relacional está relacionada com a fragilização das relações, ou seja, relações que causam um tipo de sofrimento. O Caderno Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2017) apresenta sete tipos de vulnerabilidade relacionais: “conflitos, violência, isolamento, confinamento, apartação, preconceito ou discriminação e abandono”. O caderno segue mencionando que “são vulnerabilidades por reduzirem capacidades humanas e colocarem os sujeitos na condição de demandantes de proteção social”. (BRASIL, 2017, p. 40).

Sendo assim, todo processo de investigação neste estudo teve como ponto de partida a atual conjuntura na qual estamos vivendo, a crise do sistema capitalista, aumentando as condições precárias de vida da classe trabalhadora e de suas famílias e enriquecendo cada vez mais a burguesia, gerando uma profunda desigualdade social, impactando diretamente nas relações sociais e econômicas, ou seja, no crescimento das vulnerabilidades sociais.

O sistema capitalista tem como características fundantes o trabalho assalariado, a competitividade, a propriedade privada, a acumulação de riquezas, a mais valia, a lucratividade, as quais permeiam todo seu processo histórico, social e econômico. Por isso, a desigualdade social, a exploração, a pobreza, a divisão de classe, a segregação e outros são consequências desses aspectos mencionados acima (MOREIRA, 2018).

Esses pontos fundamentais do capitalismo estabelecem relações centradas na produção de mercadoria, com objetivo de acumular mais capital. Nessa lógica, a vida humana perde a sua centralidade e seu valor e o que passa a ser valorizado é a mercadoria, o lucro que ela produz.

As relações capitalistas constituem relações de produção de valores de troca (mercadorias) para acumulação de capital, através da expropriação da mais valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e a razão pela qual se provoca a separação entre força de

trabalho e a propriedade dos meios de produção (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Sua lógica de sobrevivência também tem como estratégia o incentivo ao “consumismo”, uma ideologia que vai tecendo e permeando as relações sociais. De acordo com Martinelli (1995):

[...] O capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção do capital (MARTINELLI, 1995, p. 29 *apud* JUNQUEIRA, 2018, p.35).

É um sistema que incentiva e investe todas as suas forças e estratégias enfatizando a importância do consumismo, pelos meios de comunicação (jornais, televisão, revistas, internet, etc.). Nessa dimensão, a pessoa é valorizada por aquilo que ela possui.

Junqueira (2018), em suas reflexões sobre as relações sociais no sistema capitalista, diz que:

As propagandas vendem nome de rede de supermercados “como lugar de gente feliz”, chinelos como “a marca que todo mundo usa”, o xampu porque “você vale muito” e assim por diante, o capitalismo vai implantando na sociedade a sua ideologia, configurando e reconfigurando as relações sociais. (JUNQUEIRA, 2018, p. 39).

Euzébio também enfatiza a influência que a publicidade tem neste processo de legitimação dessa lógica capitalista que induz a sociedade a consumir:

[...] A publicidade de certa forma molda os processos sociais, pois ela estuda os hábitos da sociedade e cria produtos e situações que vão de encontro à necessidade dos indivíduos e ainda quando não há necessidades cria-se uma campanha que faz o indivíduo acreditar que realmente ele necessita daquele produto (bens ou serviços). (EUZÉBIO, 2012, p.2-3 *apud* JUNQUEIRA, 2018, p. 39).

Desta forma o consumismo é a mola propulsora do capitalismo, pois, ao consumir, aumenta-se o lucro e a produtividade, fortalecendo o processo de acumulação na sociedade capitalista.

Tudo isso interfere no modo de relacionar-se da classe trabalhadora e de suas famílias, na relação proprietários e proletariado; a competitividade e o individualismo vão ganhando espaço nestas relações; a expressão “cada um no seu

quadrado” torna-se cada vez mais comum na sociedade capitalista, cujos resultados são a fragmentação ou a fragilidade das relações.

Hoje, com a crise capitalista, existe um fator de suma importância que coloca em risco essa lógica: o desemprego em massa. A sociedade desempregada não tem condições de consumir, de gerar lucro e de alimentar o processo de acumulação, por isso o capitalismo vê-se obrigado a pensar em estratégias para sobreviver.

Para compreendermos a crise do capital é importante ter presente que não existe capitalismo sem crise. De acordo com os estudos realizados desde 1970 até os dias de hoje, o sistema capitalista vem sofrendo altos e baixos no seu processo histórico. Mandel (1990) define esses momentos de “ondas de crescimento e depressivas” no modo de acumulação capitalista que consiste na produção da mais valia, poderíamos dizer ainda que a crise é uma maneira de pensar em uma nova forma para continuar acumulando capital.

O capital se vê compelido a encontrar alternativas para a crise que o ameaça na segunda metade da década de 1970, mais precisamente quando explodiu a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a segunda Guerra Mundial (Mandel, 1985). Esse foi um período de intensas transformações no modo de produção e reprodução social, que se estende até os tempos atuais, e metamorfoseia as relações no mundo do trabalho (CEOLIN, 2014, p. 225).

O capital, na busca de alternativas para continuar seu processo de acumulação, intensifica a lógica neoliberal priorizando e flexibilizando as condições de crescimento para o mercado e precarizando as condições de ascensão da classe trabalhadora. De acordo com Ceolin (2014):

O projeto neoliberal expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como no desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa da crise fiscal. (CEOLIN, 2014, p. 252).

Em função de tudo isso, temos hoje um Estado mínimo, o que significa: a redução dos gastos públicos, o desmantelamento dos direitos sociais, a precarização nas condições de trabalho, a terceirização, as reformas trabalhista e previdenciária, o desemprego, enfim, uma série de medidas que só agrava as

questões sociais, aumentando o número de famílias em situações de vulnerabilidade social. Dessa forma, a vulnerabilidade social é o reflexo das expressões da questão social³ produzida pelo capitalismo, que priva muitas famílias de ter acesso às necessidades básicas da vida para sobreviver.

Esse contexto coloca em risco o destino e o bem estar do adolescente em situação de vulnerabilidade social, “ou seja, eles não sofrem apenas a falta de acesso às instituições e serviços, mas também da qualidade da interação com os adultos” (SIERRA; MESQUITA, 2006, p.153-4).

Por isso, é de suma importância compreender essa fase da adolescência como um momento de profundas mudanças físicas, emocionais e intelectuais, ou seja, período da formação de sua personalidade e de sua autonomia.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

[...] a adolescência abrange a faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade, fase da vida marcada por conflitos, dúvidas, questionamentos. O adolescente vive esses dilemas num processo de crítica ao estabelecido e de vislumbre da construção de um caminho próprio, independente dos adultos. (BRASIL *apud* SÃO PAULO (SP), 2007, p. 36).

É interessante perceber que o processo de transição da passagem da infância para a vida adulta não acontece em um espaço isolado, mas, sim, dentro de um contexto histórico no qual o adolescente está inserido, logo da conjuntura social, do contexto familiar, das relações de amizade, do trabalho, dentre outros aspectos que também implicam neste processo de transformação.

Dessa forma, é importante olhar e compreender a fase da adolescência hoje não só como uma etapa de transformação caracterizada pelos conflitos, pelas crises ou pelo auge da puberdade, mas uma fase inerente ao processo do desenvolvimento humano, o qual se dá dentro da realidade e do processo histórico da sociedade. Sua identidade constrói-se dentro do contexto histórico e social no qual se encontra.

Ainda, segundo Salles (2005):

³ Iamamoto descreve a questão social “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. (IAMAMOTO, 2015, p. 27).

A identidade da criança e do adolescente é construída hoje numa cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo onde a ênfase está no presente, na velocidade, no cotidiano, no aqui e no agora, e na busca do prazer imediato. A subjetividade é então, construída no comigo mesmo, na relação com o outro e num tempo e num espaço social e específico. (SALLES, 2005, p, 35).

Em função desta realidade de mundo, o processo de desenvolvimento do adolescente não pode ser visto ou compreendido apenas pelo viés da imaturidade, da rebeldia, da idade da “aborrescência”, etc., mas seus comportamentos e atitudes constroem-se de acordo com seu contexto histórico, social e familiar, ou seja, a sociedade, Estado e família também são responsáveis pelo seu desenvolvimento e por seu futuro.

Nessa direção, compreendemos que, para o Serviço Social, esta pesquisa é relevante, pois, o assistente social, ao conhecer as perspectivas do adolescente vulnerável que acompanha, é possível direcionar com mais eficácia a sua intervenção, a fim de trabalhar o processo reflexivo e crítico de como se dá a vida precária em que o adolescente encontra-se, por meio de suas perspectivas positivas ou negativas, com o intuito de conhecer e trabalhar as potencialidades e os meios de transformação da realidade na qual está inserido.

As perspectivas do adolescente, sendo positivas ou não, intervêm no seu processo de formação pessoal e social. Sendo assim, o tema está diretamente ligado às ciências sociais, pois, da mesma forma que o contexto social interfere diretamente na vida e na formação do indivíduo, as suas perspectivas também interferem na construção da sociedade, que, conseqüentemente, impulsiona-os a buscar novos conhecimentos e meios para mudar a realidade.

Acreditamos que essa pesquisa possa contribuir no processo de transformação, na maneira de pensar e de olhar a realidade dos adolescentes que não acreditam e nem visualizam uma nova maneira de viver sem ser o seu contexto de vida.

Para isso, esse estudo tem como objetivo geral compreender as perspectivas de vida e de futuro do adolescente em situação de vulnerabilidade social, por meio de três objetivos específicos que nortearam toda a pesquisa: conhecer o cotidiano de vida dos adolescentes; levantar as perspectivas de vida e futuro dos adolescentes; e apontar os caminhos indicados pelo adolescente no que se refere a sua perspectiva de vida e de futuro.

Para tanto, a metodologia do presente estudo consistiu no emprego da pesquisa e abordagem qualitativa, na qual utilizamos como coleta de dados o instrumento da entrevista semiestruturada, para melhor enriquecer o nosso trabalho. Segundo Richardson (1999):

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção quantitativa de características ou comportamentos. (RICHARDSON, 1999, p.46).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa permitiu-nos tocar a realidade social e as experiências de vida do adolescente, por meio das suas perspectivas de vida e de futuro reveladas nas entrevistas. Assim tivemos a dimensão e a compreensão de como se dá o seu olhar para o futuro e sua própria vida, de o que ele espera e sonha alcançar, também nos aproximando de sua visão de mundo.

Utilizamos a perspectiva teórica marxista, cujo processo de investigação consiste “na compreensão de homem, de mundo, da sociedade capitalista burguesa” (FAERMANN, 2016, p. 43), a qual com seu método (materialismo histórico e dialético) permitiu-nos refletir e aproximar da essência do objeto pesquisado.

De acordo com Marx (1974):

Meu método dialético, por seu fundamento, não só difere do método hegeliano, como também é ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em um sujeito autônomo sob o nome de ideia é o criador do real, e o real é apenas sua aparição externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 1974, p. 27).

Assim, a teoria social de Marx é um caminho que aproxima o pesquisador do objeto estudado, saindo do aparente para compreender a sua origem e suas particularidades.

A pesquisa foi realizada em uma entidade filantrópica de cunho religioso da Igreja Católica no município de Aparecida, São Paulo, no Centro de Assistência Social Santíssimo Redentor (CAS), cujo trabalho está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social de 2004. Enfatizamos que, para realização da pesquisa na entidade, foi solicitado permissão por meio de Termo de Autorização (Anexo A).

O Município de Aparecida está localizado no Vale Paraíba, estimando-se possuir 36.129 de habitantes (IBGE, 2018). Aparecida destaca-se no cenário do turismo brasileiro pela construção do maior Santuário Mariano da América Latina, cuja origem deu-se em função da fé consolidada ao redor do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida da Conceição, no Rio Paraíba do Sul, em 1717. Aparecida recebe anualmente mais de 11 milhões de visitantes, e o turismo religioso é o que movimenta a economia do município, cuja população dedica-se ao turismo no comércio em geral: hotéis, restaurantes, comércio ambulante, artigos religiosos e o Santuário Nacional, que emprega cerca de 1330 pessoas aproximadamente⁴.

Neste cenário, encontra-se o Centro de Assistência Social Santíssimo Redentor (CAS), que teve início em 25 de fevereiro de 2002, com o nome de SOS Família, recebendo, em 2012, a atual nomenclatura; é uma obra social mantida pela Congregação do Santíssimo Redentor, de natureza jurídica de associação civil, de direito privado e filantrópica.

Todas as suas ações são voltadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, o qual está em conformidade com a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e demais dispositivos legais vinculados à Política Nacional de Assistência Social vigente. O Serviço Social faz parte da estrutura administrativa da instituição e é o responsável pela elaboração, coordenação, execução e monitoramento de toda programação da área de assistência social.

Destacamos que a escolha do local para estudo deve-se à relação direta que a pesquisadora tem com os adolescentes atendidos desta entidade.

O público alvo foram quatro adolescentes, de 12 a 17 anos, dos bairros periféricos de Aparecida e que participam especificamente do Programa Inclusão Jovem que está dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CAS. Também participou da pesquisa uma assistente social da instituição que acompanha esses adolescentes, pois julgamos importante conhecer o olhar do profissional em relação ao adolescente, a partir da sua vivência com o mesmo, bem como da leitura de realidade que o profissional realiza para sua intervenção, considerando as particularidades do seu trabalho.

⁴ CESAR, Pedro. VIANNA, Andrea. Caderno Virtual de Turismo Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 149-66, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/download/895/437>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Vale ressaltar que o Programa Inclusão Jovem tem como objetivo promover a inclusão social de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, visando à melhoria da qualidade de vida, por meio de ações que contribuem para sua formação pessoal e profissional.

A escolha deste público alvo deu-se no intuito de compreender o universo das perspectivas do adolescente de vida e de futuro, levando em consideração que seu contexto de vulnerabilidade social (pobreza) traz impactos que conseqüentemente influenciarão suas escolhas e decisões de vida, podendo distanciá-los de um futuro promissor, como por exemplo, a escolha de seguir o caminho das drogas como a única opção para vencer a pobreza e alcançar seus sonhos⁵.

Ressaltamos que, após a autorização da responsável da entidade, a pesquisadora realizou uma reunião junto aos pais e os adolescentes para elucidar sobre a pesquisa e definir quem desejaria participar de forma voluntária. Após a definição dos participantes, os pais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), autorizando seu filho participar das entrevistas, as quais foram previamente agendadas em local e horário que favoreceram os adolescentes.

A assistente social foi convidada pessoalmente; após aceite, agendamos a entrevista. Portanto, a coleta de dados deu-se por meio de entrevistas, tendo como base um roteiro de perguntas abertas e fechadas (Apêndices A e B). As entrevistas foram gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da ética em Pesquisa com Seres Humanos, resolução n° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

No ato da entrevista, foi entregue respectivamente um Termo de Assentimento livre e esclarecido para os adolescentes e um Termo de Consentimento livre e esclarecido para profissional (Anexos C e D). Somente após leitura, aprovação do Termo e o consentimento para a gravação, iniciaram-se as entrevistas.

Utilizamos também os dados presentes na ficha social do Adolescente na Instituição para traçar seu perfil socioeconômico. Destacamos que a participação neste estudo trouxe riscos mínimos para os participantes: possíveis inibições em participar da entrevista ou sensibilização emocional diante das perguntas durante a

⁵ Tais afirmações são subsidiadas pelas vivências da pesquisadora junto aos adolescentes no Programa.

entrevista. Para tanto, caso isso ocorresse, as dúvidas seriam esclarecidas, a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança, bem como, se houvesse necessidade, encaminharíamos à rede assistencial para acompanhamento. Contudo, se, no decorrer da pesquisa, o participante resolvesse não mais continuar, teria toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarretasse qualquer dano.

A análise dos resultados da coleta de dados deu-se pelo método de triangulação, por meio do qual se levará em consideração o contexto social, o aporte teórico da pesquisa e as narrativas (objeto central). De acordo com Figaro (2014, p. 130) “a abordagem da triangulação serve aos objetivos da pesquisa e, nesse sentido, contribui para que os resultados alcançados possam ser verificados a partir de vários aspectos”. Dessa forma, este instrumento permite que os dados coletados sejam analisados levando em consideração vários aspectos para melhor compreendê-lo.

Assim, o presente estudo foi dividido em dois capítulos: No primeiro, *No ordinário da vida, estabelecem-se os vínculos e a possível consciência crítica* aproximamo-nos do cotidiano e das relações de vínculos de cada adolescente, apontando o cotidiano como um espaço de superação da alienação; e no segundo, *Nas aspirações da adolescência, novos horizontes se abrem*, conhecemos por onde perpassam suas perspectivas de vida, que têm como pano de fundo a sua realidade social e familiar, que, por sinal, ampliou nossos horizontes com sonhos capazes de direcionar a nossa ação. Finda-se com a conclusão, em que se observa a importância de entender a vulnerabilidade social, tanto material como relacional, e seus impactos na vida do adolescente, e que o processo da adolescência é um tesouro sendo lapidado.

CAPÍTULO 1

NO ORDINÁRIO DA VIDA, ESTABELECEM-SE OS VÍNCULOS E A POSSÍVEL CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Antes de adentrar na temática central dos capítulos seguintes faz-se necessário apresentar duas categorias fundamentais para a discussão do objetivo desta pesquisa: a pobreza como vulnerabilidade social e a Política Nacional de Assistência Social.

1.1 Pobreza

Ao longo da história, a pobreza foi compreendida como privação dos recursos naturais e de qualquer outra espécie, sendo eles relacionados às necessidades básicas de sobrevivência. Entretanto, as pesquisas literárias realizadas sobre a pobreza também deixam claro que a mesma foi configurando-se com aspectos próprios do contexto social, histórico e cultural da sociedade.

Segundo SILVA *et al* (2015):

Numa perspectiva histórica, a literatura evidencia a passagem e, por vezes, a simultaneidade de abordagens moralizantes e individualizantes que foram cedendo lugar a visões mais globais, representadas por abordagens multidimensionais, que situam a pobreza na relação dialética entre o econômico e o social; entre o indivíduo e a estrutura. Além do que a pobreza é apresentada como uma categoria intrinsecamente relativa, historicamente datada, condicionada pelos padrões históricos vigentes nas diferentes sociedades. (SILVA *et al*, 2015, p. 27).

Entre as teorias e reflexões realizadas sobre a temática da pobreza, SILVA *et al* (2015) destaca algumas abordagens da mesma, as quais mencionamos para melhor compreendê-la:

- Abordagem Culturalista da pobreza:

A pobreza, nessa perspectiva, perpassa por uma lógica conservadora, cujas políticas de enfrentamento da pobreza adquirem o caráter punitivo. Aqui o pobre é considerado como diferente e inferior, e suas “ações, atitudes são reprodutoras da

pobreza dos adultos e de seus filhos”. (KATZ, 1989, p. 16 *apud* SILVA *et al*, 2015, p.11). Ou seja, seus comportamentos são as causas da sua situação de pobreza (um fator interno).

Também dentro desta cultura da pobreza, destaca-se a subcultura da pobreza, que “consiste nas estruturas e razões próprias, modo de vida herdado de geração em geração, através das linhas familiares” (p.11). Isso significa que a pobreza é oriunda de um contexto geracional que segue a descendência familiar desde os seus antepassados (SILVA *et al*, 2015).

- Abordagem Estruturalista da pobreza:

Aqui se destacam as determinações estruturais que atingem diretamente a realidade dos pobres. O comportamento é consequência e não causa da pobreza. É na teoria marxista que se encontram os fundamentos, explicações e as determinações estruturais decorrentes da “categoria de classes sociais ou pelo exército industrial de reserva (proletariado desempregado), exploração e desigualdade social” (p. 12). Compreendemos, nesse sentido, que o sistema capitalista tem como pressuposto básico a exploração, separando o trabalhador dos meios de produção, e, em função disso, à concentração da propriedade nas mãos dos capitalistas, os quais são a minoria (p. 12).

Silva *et al* (2015), à luz da teoria marxista, ajuda-nos a compreender como se dá esse processo de exploração:

A partir daí, cria-se a possibilidade de extração da mais valia (base da exploração social), pela apropriação do excedente do trabalho em decorrência do monopólio sobre a propriedade dos meios de produção e controle sobre o uso do trabalho, visto a força de trabalho ser considerada uma mercadoria. O valor excedente, representado pelo trabalho não pago, é a fonte pela qual se origina a renda da propriedade (lucros, juros, rendas fundiárias), produzindo a desigualdade social. (SILVA *et al*, 2015, p. 13).

Nessa lógica capitalista, a força de trabalho é essencial para a expansão do capital, que se dá por meio da acumulação do lucro por meio da exploração sobre a classe trabalhadora. Entender essa estrutura ajuda-nos a superar a lógica conservadora capitalista, que culpabiliza o sujeito pela sua condição de pobreza, mas que, na verdade, é a própria estrutura que proporciona a situação de pobreza devido à desigualdade social produzida.

- Abordagem Liberal-neoliberal:

Nessa matriz teórica, as causas da pobreza estão no próprio indivíduo e não na estrutura social. Aponta-se também o mercado como espaço natural de satisfação das necessidades econômicas e sociais. Tem-se como ponto central a ideia de um Estado Mínimo, propondo-se cortes no gasto social e programas sociais públicos, e a viabilização e efetivação do Mercado livre (suas regras direcionam o rumo da sociedade). (SILVA *et al*, 2015).

Um exemplo de como isso acontece é a flexibilização da vida do Mercado Livre pelo atual governo, que se configura no Mercado Financeiro, investindo nos cortes dos gastos públicos e na retirada de direitos, priorizando a privatização e a propriedade privada, e, enfim, buscando centralizar o poder na mãos da classe burguesa.

Outros estudiosos vão mencionar que a pobreza é um fenômeno multidimensional:

[...] a pobreza é um fenômeno multidimensional em que há a falta do que é necessário para o bem estar material. Associa-se a esse conceito a falta de voz, poder e independência dos pobres que à propensão à doença, a falta de infraestrutura básica, à falta de ativos físicos, humanos, sociais e ambientais e a maior vulnerabilidade e exposição ao risco. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 11).

Já Feitosa (2014) aponta que a pobreza caracteriza-se como:

- Pobreza Absoluta:

A pobreza absoluta é baseada na estimativa das necessidades básicas do indivíduo e dos mais diversos recursos necessários para atendê-lo, ou seja, a escassez e a não possibilidade de acesso básico de recursos fundamentais para a sobrevivência. Estima-se que é o mínimo para uma família viver em sociedade, como um padrão de vida descente, esse processo permite um reajuste dos valores mínimos baseado no nível fixo de necessidades, é por isso que cada Estado define a sua linha internacional de pobreza.

- Pobreza Relativa:

A pobreza relativa é caracterizada pela privação econômica relativa; é algo temporário, em que faltam elementos básicos que deixam a população, as famílias,

os indivíduos, sem renda necessária para o padrão de vida corrente, ou aquilo que é determinado como ideal para uma sociedade. Este indivíduo é considerado um pobre ou fruto de uma pobreza relativa. A maior parte dos países adotam essa medida para definir a linha de pobreza. A análise dessa pobreza permite a mudança no padrão de consumo ao longo dos tempos, ajustando-se aos padrões da sociedade. À medida que a sociedade aumenta, o consumo vai definindo assim uma nova linha de pobreza relativa, portanto “a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante” (Silva *et al*, 2015, p. 21).

A pobreza também se classifica como Estrutural, em que o sujeito, ao longo da vida, sempre recebeu uma renda insuficiente para atender suas necessidades básicas; e a Conjuntural está relacionado àqueles que, em função do desemprego conjuntural, da doença ou de uma ruptura familiar, etc., têm uma renda muito inferior à linha de pobreza. (BARROS; CAMARGO; MENDONÇA, 1994 *apud* SILVA *et al*, 2015).

Além destes estudos vastos na tentativa de conceituar o fenômeno da pobreza, que, por sinal, é complexo, a literatura também nos chama a atenção a uma “nova pobreza”⁶, em decorrência dos sujeitos que vêm sofrendo os impactos da crise e a ineficácia das políticas, com o surgimento de novas formas de precarização (PAUGAM *apud* SILVA *et al*, 2015).

Ainda segundo Paugam:

Trata-se, de um lado, da degradação do mercado de trabalho com o aumento do desemprego de longa duração que atinge os jovens sem experiências profissionais e trabalhadores mais idosos, sem qualificação demandada pela economia globalizada, indo de emprego residual ao desemprego-exclusão- e da multiplicação dos empregos periféricos precários. De outro lado, pelo enfraquecimento dos laços sociais que se expressa de duas formas: instabilidade do laço familiar pela diversificação dos modelos familiares que engendram situações de isolamento e de vulnerabilidades (separação conjugal, monoparentalidade) e declínio relativo das solidariedades de classe que ofereciam às categorias populares o sentimento de pertencer a um grupo unido pelo mesmo destino e pelas mesmas reivindicações, em decorrência do enfraquecimento do movimento operário e da crise dos subúrbios. (PAUGAM *apud* SILVA *et al*, 2015, p. 24).

⁶ Do nosso ponto de vista, acreditamos que não existe uma nova pobreza, mas compreendemos que a mesma, ao longo da história, foi se configurando de acordo com a estrutura ou projeto societário vigente de cada época; sendo assim, a pobreza sempre foi a mesma, porém, hoje, caracteriza-se segundo as artimanhas do capitalismo.

Isto significa dizer que a nova pobreza refere-se aos sujeitos (jovens ou desempregados) que têm dificuldades em participar na vida econômica e social em função da sua impossibilidade de ter um salário regular devido a sua dificuldade de inserção profissional no mundo do trabalho, comprometendo “os ganhos, os bens, e o consumo, rebaixando o nível de vida dessa população, aumentando a demanda por auxílio financeiro e serviços” (SILVA *et al*, 2015, p. 24).

Partindo desse pressuposto, Silva *et al* (2015) levanta duas hipóteses significativas:

a) as famílias recém constituídas, atingidas pela crise econômica do desemprego, podem passar a ter como únicos recursos os auxílios assistenciais atribuídos, a título de proteção social à infância, sem que tenham frequentado longamente os serviços de ação social antes de seu deslocamento, passando a assumir o status de assistido; b) as gerações jovens podem também passar de uma situação de fragilidade a uma situação de marginalidade devido à dificuldade de inserção profissional ser acompanhada frequentemente de uma dessocialização progressiva e por problemas de comportamento (alcoolismo, droga, estados de depressão, sentimento de culpa). (SILVA *et al*, 2015, p. 24).

Isto nos ajuda a refletir o quanto a estrutura social interfere em nossas condições de vida, em nosso modo de relacionamento, principalmente nas dos nossos adolescentes e jovens que estão em seu processo de formação, podendo ser determinantes, como mencionamos na introdução desta pesquisa. Dessa forma, não cabe um julgamento moralizador, como se o indivíduo fosse responsável por suas condições de vida, sem ter presente que a estrutura da sociedade traça um perfil societário, com características bem próprias do capitalismo.

Dentro do debate sobre a Nova Pobreza, também se discute a noção de exclusão social, que difere do conceito de pobreza. A pobreza está mais relacionada ao aspecto da deficiência de renda de uma população que apresenta dificuldades de atingir as condições básicas de sobrevivência segundo os autores. Já a exclusão social está inserida em um processo mais dinâmico e multidimensional, que pode conduzir à ruptura de vínculos sociais em função da desigualdade social (SILVA *et al*, 2015). Em outras palavras, surge no cenário um novo conceito associado à pobreza: a exclusão social, entretanto compreendemos que ambas, pobreza e exclusão social, estão associadas, não se diferem uma da outra.

Não se pode dizer que a pobreza está relacionada apenas ao fator da renda, e a exclusão, ao fator dos vínculos sociais rompidos, mas, em nosso olhar, as duas situações estão interligadas, tanto o “excluído” quanto o “pobre” experimentam as duas dimensões ao mesmo tempo, o pobre não deixa de ser excluído e o excluído não deixa de ser pobre, por isso acreditamos que essa experiência mútua coloca-os dentro de uma realidade dinâmica e multidimensional.

Castel, W. Wanderley e Wanderley (2007) refletem sobre o fenômeno de exclusão social como *apartheid* social:

A exclusão social torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como “não semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano (NASCIMENTO, 1995 *apud* CASTEL; W. WANDERLEY; WANDERLEY, 2007, p. 129).

Sendo assim, a exclusão social torna-se desumana, com ações indiferentes, como se aqueles que se encontram em condições de vulnerabilidades, de pobreza e miséria fossem seres distintos dos demais. A exclusão como apartação gera uma barbárie, em que o outro não consegue perceber que o “pobre” é um ser como ele, de necessidades, de sonhos e desejos como ele. Aqui entra a ausência da alteridade nas relações e até mesmo a falta de políticas públicas.

Na sociedade capitalista, a vida humana perde seu valor e sua importância, o que vale é o lucro, a mercadoria, e, com as flexibilizações e precarizações no mundo do trabalho, os indivíduos não são considerados úteis ou necessários no processo de produção. A partir dessa exclusão, o fenômeno do *apartheid* social está crescendo tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. (CASTEL; W. WANDERLEY; WANDERLEY, 2007).

Na tentativa de conceituar o fenômeno da pobreza, o presente estudo nos leva a refletir essa temática, levando em consideração que essa categoria está relacionada diretamente e condicionada pelos padrões históricos vigentes nas diferentes sociedades (SILVA *et al*, 2015), o que implica olhar e compreender os adolescentes em situação de vulnerabilidade social por essa perspectiva, fazendo uma análise e reflexão da pobreza dentro da dimensão política e ideológica societária.

Por isso, o presente estudo parte do pressuposto de que a pobreza é determinada pela lógica estrutural, sim, e, portanto, torna-se multidimensional,

impactando e determinando a vida dos indivíduos, ou seja, é importante não levar em consideração apenas a renda como parâmetro, mas compreender também outras vulnerabilidades imateriais que acendem no cotidiano destes indivíduos considerados pobres e excluídos.

1.2 A Política Nacional de Assistência Social

É interessante destacar que nem sempre a Política de Assistência foi vista pela perspectiva da garantia de direitos como é hoje. No início, suas ações eram assistencialistas, clientelistas, de favor, minimalistas e controladoras, caritativas e solidárias, características que norteavam todas as suas práticas, favorecendo e mantendo os interesses da burguesia.

Segundo Yazbek (2008):

[...] Não podemos deixar de observar em primeiro lugar, que O Estado Brasileiro, como outros na América Latina, se construiu como um importante aliado da burguesia, atendendo à lógica de expansão do capitalismo e nesse sentido, as emergentes Políticas Sociais no país, devem ser aprendidas no movimento geral e nas configurações particulares desse Estado. (YAZBEK, 2008, p. 02).

Porém com a Constituição de 1988, a deliberação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, novas diretrizes passam a direcionar as ações desta política.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ganha um novo caráter, é constituída uma política pública de proteção social não contributiva, a fim de garantir e prover aos indivíduos e suas famílias a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); de acolhida e de convívio ou vivencia familiar. Com ações direcionadas na perspectiva dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (BRASIL, 2004). Ela passa a adquirir uma nova configuração pautada na perspectiva do direito e da Política Social inserida no Sistema de Seguridade Social, tendo o Estado a responsabilidade de garanti-la. Tudo isso tem o intuito de proporcionar a efetivação dos “direitos de cidadania das famílias, indivíduos e grupos historicamente alijados destes” (BARBOSA, 2013, p. 40). Dessa forma:

A inclusão da assistência social no sistema da Seguridade Social, juntamente com as políticas de saúde e previdência está provocando, desde então, transformações legais e institucionais, regulamentadas em diversas legislações. Ao ser regida por novas regras, a assistência social, especificamente, deve reorganizar tanto os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, quanto os mecanismos de financiamento e de gestão político-institucional. Por outro lado, ao instituí-la como política de seguridade social, o Estado brasileiro passa a reconhecê-la como parte de um sistema mais amplo de proteção social, de modo que sua articulação com as demais políticas torna-se obrigatória e indispensável, sendo condicionada, mas também condicionando as políticas sociais governamentais (BOSCHETTI, 2003, p. 77 *apud* BARBOSA, 2013, p. 47).

Nessa perspectiva, cria-se o Sistema Único de Assistência Social, operacionalizando a PNAS com o objetivo de efetivá-la como direito e responsabilidade do Estado e também de romper com as características assistencialistas-clientelistas advindas do início de sua concepção.

Por isso a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), surge para direcionar/ gerenciar a Política de Assistência Social com a tentativa de concretizar o conteúdo da LOAS com o objetivo de romper com o ranço do assistencialismo, do clientelismo, formulando “políticas que requerem reconhecimentos diversos na perspectiva multidimensional, com o intuito de proporcionar ações emancipatórias e possibilitadoras de reais conquistas de direitos” (BARBOSA, 2013, p. 49).

Mas é importante destacar que a PNAS como direito ainda não se efetivou em sua totalidade, pelo fato de ter políticas públicas voltadas para a miserabilidade, com condicionalidades em seus serviços e programas, os quais o indivíduo necessita comprovar sua situação de pobreza para ter acesso aos benefícios que são seu direito.

Retomando, o SUAS dividiu a Política de Assistência Social em duas proteções:

- Proteção Básica:

Tem como função prevenir “os riscos sociais”, garantindo “seguranças de convívio, acolhida e sobrevivência” dos grupos em situações de vulnerabilidade tanto material quanto relacional (BRASIL, 2017). O público da Proteção Social Básica destina-se:

[...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou, fragilização de vínculos afetivos –

relacionais e de pertencimento social (descriminalização etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2004, p.33).

- **Proteção Social Especial:**

Tem ações e serviços voltados para situações quando ocorre a violação de direitos, “ênfase na priorização a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que por uma série de fatores não contam com a proteção e o cuidado de suas famílias” (BRASIL, 2004, p. 36). Seu atendimento assistencial destina-se:

[...] a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros. (BRASIL, 2004, p.36).

O SUAS também possui elementos que possibilitam a organização na execução da política de assistência social priorizando alguns aspectos fundamentais na gestão desta política: a Matricialidade Sócio Familiar; descentralização política-administrativa e territorialização; novas bases para relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social; a política de recursos humanos; informação; monitoramento e avaliação (BRASIL, 2004).

É importante mencionar também que a Proteção Social Básica da política de assistência social realiza-se em um equipamento público habilitado para garantir a atenção integral às famílias em um espaço determinado como Centro de Referência Social (CRAS). Nesta unidade estatal, são oferecidos serviços continuados de proteção social básica de assistência às famílias, especificamente pelo Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), “serviços socioassistenciais de convivência e projetos de preparação para inclusão produtiva voltadas para as famílias de acordo com suas necessidades” (BARBOSA, 2013, p. 50).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define com mais precisão em que consiste o PAIF:

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009, p. 6).

Gostaríamos de destacar a Política de Assistência Social dentro da Proteção Básica, sem diminuir a importância da Proteção Especial, pelo fato de o público alvo entrevistado estar inserido nesta categoria, por meio dos Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos no Centro de Assistência Social (instituição filantrópica), a qual presta serviços em um trabalho conjunto com a rede de assistência.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos parte da lógica de uma intervenção imaterial, suas ações e atividades buscam trabalhar e fortalecer as relações familiares e comunitárias através dos trabalhos e atendimentos em grupo, de atividades relacionadas com as relações sociais, o mundo, a intergeracionalidade, a cultura, o esporte, etc., com o intuito prevenir e proteger as famílias das situações de risco em toda as fases da vida (crianças, adolescentes, adultos e idosos)⁷.

Deve-se ressaltar que o objetivo da PNAS não é acabar com as vulnerabilidades sociais⁸ e, sim, viabilizar a proteção social, garantindo a “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”, e a quem dela precisar (BRASIL, 2004, p. 31). A fim de financiar a proteção da família assegurando o que lhe compete, no intuito de garantir os direitos sociais, bem como fortalecendo a seu convívio familiar e comunitário.

Para obter um bom resultado nesse campo da proteção social, é de suma importância que o trabalho desenvolvido seja intersetorial, pois a família ou indivíduo em vulnerabilidade precisa ser visto no todo, ou seja, todas as políticas devem intervir para que a mesma ou o mesmo saia desta condição.

Imbuídos dessas premissas, adentraremos a temática proposta neste capítulo, o cotidiano dos adolescentes, o qual é permeado por inúmeras fragilidades, destacando-se a pobreza, tornando-os público da política de assistência. Nessa perspectiva, tentamos nos aproximar do cotidiano dos adolescentes entrevistados para conhecer e compreender um pouco a sua realidade de vida.

⁷ Reflexões realizadas nas orientações de estudo.

⁸ O indivíduo ou a família em vulnerabilidade social não é público exclusivo da política de assistência social, mas, sim, de todas: saúde habitação, educação, cultura, esporte, etc. Para além disso, ressaltamos também que a Política de Assistência Social por si só não combateria as vulnerabilidades sociais advindas de uma lógica estrutural, imposta pela forma de conduzir a sociedade socioeconomicamente.

Percebemos nas entrevistas que a cotidianidade de suas vidas dá-se especificamente dentro das esferas família, escola e projeto (CAS), pelo fato de passarem mais tempo de suas vidas nesses espaços.

De acordo com Netto e Falcão (1989), a vida cotidiana do ser humano é um espaço vasto e complexo composto por vários aspectos:

A vida cotidiana, esta vida de todos os dias e de todos os homens, é percebida e apresentada diversamente nas suas múltiplas cores e faces: a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias; um mundo de alienação; um espaço do banal, da rotina e da mediocridade; o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões; um modo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/ hierárquico; a possibilidade ilimitada de consumismo sempre renovável; o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica; um espaço de resistência e possibilidade transformadora. (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 14).

Por isso, “a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social” (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 14), é nesse espaço que a vida vai sendo traçada, conduzida e estabelecida na realidade. Dessa forma, o conhecimento do cotidiano dos adolescentes nesta pesquisa permite-nos identificar e analisar criticamente os aspectos que têm permeado e norteado suas vidas. Os autores ressaltam ainda que:

[...] a vida cotidiana como fonte permanente de investigação e estudo não só para intelectuais que aspiram a compreendê-la e retirá-la da obscuridade, mais igualmente para o Estado e para as forças produtivas capitalistas que aspiram a programa-la, controla-la e melhor aproveitá-la para seus fins (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 15).

Por essa razão, o estudo e aproximação com o cotidiano é para o Serviço Social um terreno muito precioso, um lugar imbuído não só das coisas corriqueiras e simples, como também um espaço de relação de forças. Sendo assim, exige um olhar e um cuidado todo peculiar, capaz de identificar, desvendar criticamente as possibilidades e transformações presentes na cotidianidade da trama da vida.

Porém exige um cuidado, uma atenção redobrada com as atividades corriqueiras do dia a dia, porque as ações se tornam mecânicas, já não se pensa sobre as ações, o modo de como se dá as relações e as estruturas família, escola, sociedade, tornando o espaço propício à alienação. “A vida cotidiana tende a

alienação, ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum.” (LACERDA, 2014, p. 23).

Vale ressaltar também que o Estado e a produção capitalista de consumo permeiam sutilmente, de forma direta ou indireta, a trama da vida cotidiana de nossos adolescentes, (NETTO; FALCÃO, 1989). Através das técnicas publicitárias, dos meios de comunicação, dos celulares, da estética, da moda:

[...] a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão. [...] é para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado. (NETTO; FALCÃO, 1989, p. 19).

O assistente social pode aproveitar todo seu aporte teórico e metodológico para trabalhar os aspectos do cotidiano, na medida em que se aproxima e pisa com os seus pés nesta realidade, contribuindo para que o indivíduo também seja capaz de identificar que tipo de forças estão conduzindo a sua vida, superando a alienação e adquirindo uma consciência crítica, com ações corriqueiras, porém refletidas.

Partindo da importância e relevância do cotidiano na vida dos adolescentes, conheceremos agora um pouco da realidade de vida de cada um, iniciando primeiramente com o que cada um costuma fazer todos os dias. É importante salientar que fizemos uma experiência incrível durante as entrevistas, buscando realizar uma escuta sensível, o que nos permitiu olhar e acolher os adolescentes cada um em sua particularidade e, conseqüentemente, desconstruir os estereótipos que os mesmos recebem, pela sociedade e até por nós profissionais, de que “os adolescentes são aborrescentes, é uma fase difícil, não sabem o que quer da vida, são irresponsáveis, não são comprometidos”, etc.

Os adolescentes, apesar da timidez no momento da entrevista, mostraram-se alegres em participar, sentiram-se importantes, mesmo com suas dificuldades de expressão. Cada um escolheu o nome fictício pelo qual gostariam que fossem chamados, mas o que mais nos chamou atenção é que cada um demonstrou satisfação em participar da nossa pesquisa, um vínculo de confiança foi estabelecido.

Isso nos leva a refletir que o nosso fazer profissional deve perpassar pelo caminho da alteridade, do reconhecimento do outro e de sua dignidade, porque, pelo

contrário, nosso atendimento e ações serão apenas para efetivar direito, dessa forma, tornam-se vazios, não se cria relação, corre-se o risco de reproduzir a concepção de que o ser humano é apenas uma “coisa”, “mercadoria”, segundo a lógica capitalista, em especial os da classe subalterna.

Segundo o relato de cada um, percebe-se que o cotidiano deles são bem semelhantes: ambos acordam cedo vão para a escola, têm momentos de brincadeiras com os irmãos, participam do CAS, ajudam nas tarefas em casa, vão assumindo pequenas responsabilidades, que não deixam de ter valor e significado. Ressaltamos que, as narrativas serão transcritas *ipsis litteris*, isto é, de forma literal, sem correções.

“A minha rotina é eu acordo, venho pô CAS. Aí eu vou chego em casa, converso um pouco com a minha mãe, (não com o meu pai, porque eu não tenho pai). Éh! Vô tomo banho, almoço e vô pra escola. Aí depois da escola, eu chego fico vendo TV, deito e durmo. Eu arrumo a casa, faço comida, ajudo minhas irmãs”. (Davi)

“Bom! (...) eu acordo 6:h, porque o ano passado eu estudava de manhã, aí agora como eu faço o CAS, então eu acordo de manhã, me arrumo tomo banho, tomo café e venho pra cá. Aí (...) eu faço as atividades que tem aqui. Eu chego almoço, tomo banho e vou pra escola e a noite eu fico tranquila, eu estou no oitavo ano (...)”. (Laura)

“Então éh, eu costumo acordo cedo, ir pra escola, e pegar o ônibus pra vim aqui pro CAS, e aqui eu faço atividades e é isso que eu costumo fazer no meu dia – a – dia. Chegando em casa eu brinco um pouquinho com meu sobrinho, éh tomo banho, e assisto televisão com meu pai. Nos finais de semana, sábado eu arrumo a casa, e domingo eu ajudo a cuidar do meu sobrinho e as vezes sair.” (Daniela)

“Então, eu acordo cedo umas 6h da manhã, vou pra escola. Aí eu saio venho pro projeto, acho que 16h:30m a gente sai, e eu vô pá casa, (...) tipo arrumar o meu quarto, porque quem arruma mais as coisas lá em casa sou eu. Ah fazer as atividades da escola, essas coisas eu faço também e brincar cá minha irmãzinha. Ah no final de semana eu costumo ler livro. Eu prefiro mais romântico. (Alice)

Durante a entrevista, percebemos certa conformidade com a rotina, em nenhum momento apresentaram uma indignação com relação ao seu cotidiano, apenas notamos uma expressão de que a cotidianidade deles não tem nada de diferente, é tudo normal, não havia entusiasmo ou paixão ao falar de seu cotidiano, “acorda cedo, vai para escola, depois participa do projeto, chega e vai assistir televisão, e dorme”.

Por isso esse tipo de “normalidade do cotidiano exige um cuidado, uma atenção redobrada com as atividades corriqueiras do dia a dia, porque as ações se tornam mecânicas, já não se pensa e reflete as ações, o modo de como se dá as relações e as estruturas família, escola, sociedade, e nem o porquê de sua condição de vulnerabilidade social, tornando um espaço propício da alienação. De acordo com Lacerda (2014, p. 23), “a vida cotidiana tende a alienação, ao cumprimento de rotinas e tarefas, limitadas à superficialidade e ao senso comum”.

Isso nos faz entender porque algumas famílias que acompanhamos no projeto acabaram acostumando-se com as condições precárias tão presentes em seu cotidiano, deixam de sonhar, perdem a paixão e o entusiasmo pela vida, a própria situação de vulnerabilidade não lhe permite pensar ou vislumbrar algo novo, nem mesmo reconhecer suas potencialidades e qualidades.

Nota-se também que há pouco lazer e cultura, os relatos resumem-se a assistir televisão; outro elemento é o cuidar da casa, do sobrinho e irmãos, elemento ao qual temos que ficar atentos, acompanhar, no intuito de que tal atividade não se torne uma situação de trabalho infantil. Embora não seja nosso objetivo discutir essa temática, não podemos deixar tais falas passarem despercebidas, pois o trabalho doméstico muitas vezes não é visto como trabalho infantil; ajudar em casa, ter algumas responsabilidades não pode ser substituído pelo afazeres obrigatórios, deixando de lado as brincadeiras, o estudo (frequentar escola não significa estudar), o ser criança e adolescente.

O dia a dia passa e tudo que deve ser considerado “estranho” ou errado naturaliza-se. Não queremos culpar, momento algum, as famílias por esta situação, mesmo porque sabemos, pela vivência junto aos adolescentes e suas famílias, que a preocupação do sustento, do vestir, do comer, torna-se tão corriqueira que infelizmente não conseguem refletir e problematizar a situação. Acabam se submetendo ao processo de alienação, mesmo que inconscientemente, até porque o próprio sistema, a estrutura capitalista propícia esta alienação. Por isso: “É imprescindível ter em mente que esse sistema de desigualdade e má distribuição de renda destrói não só as famílias, mas toda a sociedade.” (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 361).

Entendemos que o grande desafio presente neste ordinário de vida que cada um tem é não viver mecanicamente a rotina do cotidiano, temos que superar, suspender o cotidiano (NETTO; FALCÃO, 1989) e atingir a consciência crítica.

Esta suspensão da vida cotidiana não é fuga: é um circuito, porque se sai dela e se retorna a ela de forma modificada. À medida que estas suspensões se tornam frequentes, a reapropriação do ser genérico é mais profunda e a percepção do cotidiano fica mais enriquecida. (NETTO, FALCÃO, 1989, p. 27).

Mas não podemos esperar que isso se dará somente por via dos nossos adolescentes, a sociedade, a família e inclusive os profissionais que os acompanham são também responsáveis neste processo de superação desta alienação do cotidiano, até porque tanto as crianças, os adolescentes e os jovens, vão se configurando de acordo com os valores e princípios ideológicos das estruturas social e familiar e do contexto histórico em que se encontram.

Durante as entrevistas também perguntamos se eles gostam do CAS, já que passam bom tempo no projeto lá; eles disseram que sim, e, realmente, nos trabalhos desenvolvidos no tempo de estágio da pesquisadora, a alegria de estar no CAS sempre foi perceptível, eles gostam muito desse espaço, não participam por obrigação, mas porque de fato gostam. Nota-se que existe uma relação de vínculos estabelecidos com todos os participantes e com a equipe técnica, porém destacamos uma fala que muito nos chamou a atenção:

“Sôra’, é legal, divertido passamos quase a metade do dia aqui. E ajuda a gente a ocupar um pouca a cabeça (...)! Não pensa só em estudar, (...) porque todo mundo tem problema em casa, (...) não pensar nisso vim aqui se divertir, fazer as atividades também conhecer pessoas novas como eu conheci aqui... E eu táva caindo numa depressão... E aí meu pai resolveu colocar eu aqui, aí eu conheci pessoas legais aqui, e que me ajudou bastante. Isso! Porque eu tomava remédio então agora tô bem melhor. Isso! Porque a gente vê pessoas legais, verdadeiras.” (Daniela)

Esta fala nos ajuda a identificar que as atividades e oficinas (arte, dança, teatro, esporte, etc.) realizadas ludicamente (com temas como drogas, sexualidade, atualidades, política, violência, preconceito, suicídio, etc.) são discussões pertinentes no processo de amadurecimento, do conhecimento e da informação, tão necessário na vida de cada adolescente.

Essas atividades possibilitam ao adolescente sair um pouco do seu cotidiano, do seu mundinho de vida e aventurar-se nas novas experiências, apresentando uma serie de conhecimento a nível de mundo, de cultura, e principalmente fortalece as suas relações.

A experiência da Daniela no CAS é encantadora, porque foi na relação com o outro, em sentir-se acolhida e a participação das atividades oferecidas, que está apontando meios e caminhos para vencer seu quadro depressivo. Por isso, quando Daniela afirma que o CAS ajuda muito, percebe-se alegria e entusiasmo pelo projeto e pelo quanto a relação com os colegas e monitores faz-lhe bem.

Tudo isso vem confirmar o que o Caderno de Convivência e Fortalecimento de Vínculos afirma: “Nos encontros que expandem e fortalecem as pessoas, estabelecem-se “paixões alegres”, que ampliam a potência de agir, fortalecendo a vontade de estar com os outros, de compartilhar e de se afirmar como pessoa”. (BRASIL, 2017, p. 24).

Ao mesmo tempo, também nos faz pensar se as atividades de fato têm-na levado a refletir criticamente sobre suas experiências de vida e de todo seu contexto social, inclusive a sua própria condição de vida, tentando identificar o que a levou a estar assim. Será que o ambiente familiar e social contribuiu para que estivesse depressiva?

Nota-se que o fato dos adolescentes participarem e sentirem-se acolhidos significa que um dos objetivos do Serviço de Convivências e de Fortalecimento de Vínculos estão minimamente sendo atingidos, pois esta experiência de acolhimento e de participação fortalece suas relações. Porém, é importante construir reflexões críticas, que contribuam na análise e na compreensão de todo o seu contexto de vida e de sociedade, através da relação fortalecida, da identidade estabelecida de todos ao olharem-se como iguais, dentro do mesmo grupo.

Ainda dentro do contexto do cotidiano, também buscamos conhecer a família de cada um, levando em consideração a sua composição familiar e como são estabelecidas as suas relações. Por isso, é importante ter presente que a família configura-se por um grupo de pessoas que convivem juntos em um mesmo lugar, podem ser por laços sanguíneos ou não, um espaço que visa à proteção e aos cuidados de seus membros.

Desta forma, a família pode ser definida como núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTO, 1997, p. 120 *apud* JUNQUEIRA, 2018, p. 51).

A família é considerada também um espaço primordial de socialização, da internalização de valores, da construção de laços afetivos e solidários, um lugar propício para o desenvolvimento da personalidade e do caráter humano. (GOMES; PEREIRA, 2005).

Ao longo da história, a família sempre foi composta pela figura do pai, da mãe e dos filhos, sendo o homem considerado o provedor da família, e a mulher ocupava um espaço de submissão, responsável pelos afazeres da casa.

Essa estrutura familiar era caracterizada como um modelo nuclear, porém, com o passar do tempo, a família foi configurando-se de acordo com as mudanças do processo sócio-histórico, cultural, econômico e trabalhista da sociedade.

Biasoli e Alves apontam algumas mudanças que ocorreram na estrutura familiar na metade do século XX:

[...] Diversos fatores ocorrem para essas mudanças, como o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero. Estes fatores, entre outros, tiveram um impacto direto no âmbito familiar, contribuindo para o surgimento de novos arranjos que mudaram a face dessa instituição. (JUNQUEIRA, 2018, p. 54).

É dentro deste novo bojo familiar que as famílias dos nossos adolescentes estabelecem-se.

Alice têm 15 anos, uma adolescente muito amável⁹, mora com sua mãe, seus avós e com seus três irmãos, seus pais são separados há cinco anos. Daniela tem 14 anos, uma pessoa alegre e determinada, mora com seu pai e a madrasta, um tio e um sobrinho, filho de sua irmã, a qual não mora com a família. “E quem me ajudou a criar foi a minha vó, e minha vó morreu, (...) faz uns três anos que minha vó faleceu (...)”. Laura, tem 14 anos, uma adolescente gentil e sensível, mora com sua mãe e seu irmão. Davi, tem 16 anos, tem um senso de humor incrível e é muito simples, mora com sua mãe e mais três irmãs.

⁹ Todos os adjetivos direcionados aos adolescentes partem da convivência da pesquisadora, da sua experiência de estágio, bem como da relação construída no ato da entrevista.

Como percebemos, nenhum deles está dentro de uma família tradicional, constituída pelo pai e pela mãe, já se encontrando nessa nova configuração familiar dos tempos de hoje e tendo como centro o poder matriarcal, no que diz respeito às responsabilidades pelos membros de sua família. Porém, é importante ressaltar que as novas configurações de família, por mais que não estejam alinhadas com o padrão tradicional (nuclear), não perdem sua importância e centralidade no que diz respeito ao lugar do cuidado e proteção. Família é qualquer espaço em que se garantem todos esses aspectos, independentemente se é formada ou não por laços sanguíneos ou se é composto pelo pai e pela mãe.

Somente Daniela mora com seu pai e sua madrasta, porém não tem nenhum contato com sua mãe biológica. Ambas as famílias têm os membros responsáveis trabalhando, com um pequeno salário para atender as suas necessidades básicas (moradia, alimentação, vestuário), nem sempre sendo suficiente, priorizando-se o que de fato é necessário.

É importante ressaltar que existem outras famílias e adolescentes sendo acompanhados pelo CAS, cujos adolescentes não participaram desta pesquisa e vêm enfrentando as duras consequências da crise do capitalismo, como a pobreza, a exclusão, o desemprego, a necessidade dos serviços e dos programas de assistência, como por exemplo, o Programa Frente de Trabalho (Programa Emergencial de Auxílio Desemprego) no Município de Aparecida¹⁰.

Assim, a família não consegue ter acesso aos outros aspectos que contribuem em sua qualidade de vida, as condições mínimas para se viver dignamente, como, por exemplo, são privados de ter acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, à educação e saúde de qualidade, etc., porque a renda familiar é somente

¹⁰ Este Programa é previsto na Lei municipal nº 3241 de 22 de outubro de 2003. Segundo o Art. 1º, fica criado o “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego, de caráter assistencial, a ser coordenado pela diretoria da Família e Bem Estar Social, visando a proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda para até 100 (cem) trabalhadores, integrantes de parte da população desempregada residente no município. Ainda, no art. 2º, “[...] consiste na concessão de bolsa auxílio desemprego, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), no fornecimento de cesta básica e na realização de curso de qualificação profissional”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA. **Lei nº 3241/03**. Disponível em: <<https://www.camaraaparecida.sp.gov.br/arquivos/leis/3241-2003>>. Acesso em: 11 ago. 2019). Mas hoje o valor deste auxílio é de R\$ 400,00 reais. No entanto, percebemos que este valor é insuficiente para atender as necessidades das famílias desempregadas, pois algumas famílias, só de aluguel, pagam em média de 300,00 a 400,00 reais por mês, e as outras necessidades? Outro ponto agravante é que os sujeitos que participam deste programa acabam desenvolvendo uma atividade laboral, porém os mesmos não têm carteira de trabalho, não são registrados, não têm direito a seguro desemprego, enfim, não têm acesso aos direitos trabalhistas previstos por lei. Acreditamos que o Município poderia reavaliar as possibilidades deste benefício ser no mínimo um salário mínimo e analisar a possibilidade de efetivá-los como funcionários.

para as necessidades básicas. Infelizmente essas famílias veem-se sozinhas, sem o apoio do Estado, o qual têm a responsabilidade de garantir os direitos e as condições para que essas famílias tenham uma vida digna.

O Estado precisa implantar políticas públicas para atender essas famílias e suas demandas. Políticas públicas que sejam eficazes no combate à desigualdade social, proporcionando o acesso aos recursos inerentes à sobrevivência humana: água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania. Para tanto, precisa pensar a pobreza para além da renda, constituir as políticas sociais baseadas na leitura crítica da realidade, ou seja, analisar de forma a considerar a relação entre o econômico e o social, sem permitir que o primeiro elemento sobressaia-se ao segundo. A participação da população na construção das políticas é fundamental.

Gomes e Pereira (2005) contribuem, apresentando alguns dados que nos ajudam a analisar a estrutura social hoje, que envolve e afeta diretamente essas famílias, com consequências diretas na maneira de viver destes adolescentes em condições de vulnerabilidade social:

O Brasil nas últimas décadas vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Estudo apresentado pelo economista Dedecca (2003) mostrou que, de 1992 a 1999, os 25% mais pobres perderam 20% da renda e os 5% mais ricos perderam 10%. Estes dados levam a constatar que a defasagem salarial é maior para os pobres, o que amplia, ainda mais, a concentração de renda no Brasil. (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 359).

Desta forma esses autores nos levam a refletir que o único caminho para a superação da pobreza, da miséria, da vulnerabilidade social, tão presentes em nossa sociedade, é combater a desigualdade social, para que haja uma distribuição de renda justa e para que o acesso aos recursos sejam para todos, sem distinção. Em outras palavras, construir um novo modelo de conduzir a sociedade que não seja o capitalismo.

Sendo assim, é muito importante realizar um trabalho com os adolescentes tendo como ponto de partida suas condições de vida, não com a perspectiva moralizadora, conservadora, e, sim, na tentativa de compreender a conjuntura como espaço de socialização, correlação de forças e internalização de valores que se expressam na sua maneira de viver e de compreender o mundo.

Nota-se que, dessas quatro famílias, três têm a mãe (mulher) como responsável pelos seus membros, trabalhando, cuidando e protegendo, contrapondo a ideia tradicional e machista de que o homem deve ser o provedor da família. É também uma realidade que deixa evidente que muitas mulheres assumem sozinhas essa responsabilidade, sem a presença dos pais (homens), e que nem sempre dão conta de oferecer o necessário para o bem estar de sua família, por causa das condições precárias de trabalho (salário baixo, trabalhos informais, etc.), lembrando que o salário da mulher acaba sendo inferior¹¹ ao dos homens, mesmo exercendo as mesmas funções, e quem mais sofre com tudo isso são as mulheres negras e pobres. Algumas ainda contam com o apoio dos avós ou algum outro parente, mas grande parte delas se veem sozinhas neste processo, nem mesmo o Estado oferece a proteção e meios que auxiliem essas famílias.

Também entrevistamos a assistente social que acompanha diretamente esses adolescentes e suas famílias, e uma fala nos chamou a atenção, pois destaca a vulnerabilidade relacional, como prioridade na vida dos adolescentes.

*“Aqui no projeto a gente percebe, é que a vulnerabilidade de nossos adolescentes são a maioria das vezes relacional. Nem sempre é vulnerabilidade financeira, porque muitos deles não se sente pertencente da família e da sociedade, sentem-se invisíveis, cada um no seu canto.”
(Assistente Social).*

Essa vulnerabilidade relacional aparece com muita clareza nas narrativas dos adolescentes quando perguntamos como é a relação deles com os membros de suas famílias, as quais destacaremos a seguir:

“Minha mãe trabalha o dia inteiro. A relação não é lá aquelas coisas boas, nada. (...) cada um fica no seu canto, não fala muito, só as vezes que dá na loca aí a gente começa a fala, mas (...) eles são mesmo fechados. Tipo o

¹¹ De acordo com as estatísticas sociais do IBGE, a mulher, em 2018, recebia 79,5% a menos que os homens: “Em 2018, o valor médio da hora trabalhada era de R\$ 13,0 para as mulheres e de R\$ 14,20 para os homens, indicando que o valor do rendimento da mulher representava 91,5% daquele recebido pelos homens. Quando analisada a razão do rendimento de mulheres e homens (percentual do rendimento dos homens que as mulheres ganham), proporção diminuía, sendo de 79,5%: valores de R\$ 2579 (homem) R\$ 2050 (mulher). Em média, o homem trabalhava 42,7 horas por semanas, enquanto a mulher trabalhava 37,9 horas, sem considerarmos as horas dedicadas a afazeres domésticos e cuidados de pessoas; ou seja: as mulheres trabalhavam cerca de 4,8 horas a menos por semana na produção voltada para o mercado em 2018. A redução dessa diferença em comparação a 2012, quando era de 6,0 horas, foi decorrente de a redução das horas trabalhadas ter sido mais acentuada entre homens (queda de 1,6 horas) do que entre as mulheres (0,4 horas). (Agencia IBGE Notícias, 2019).

meu irmão, (...) eu e ele fica no quarto, as duas pequenininha fica brincando, meu vô e minha vô fica lá na cozinha. Com a minha mãe?! Ah minha mãe é de boa (...) eu sou mais aberta com a minha mãe. Com o meu pai eu não converso... muito, muito". (Alice)

"(...) nós não costuma fazer nada junto, porque não tem essa relação de família, família não tem muita intimidade. (...) Meu pai trabalha, só que agora, ele tá de férias, então é mesma coisa se ele não tivesse lá, e eu não tenho uma relação muito boa também com minha madrasta, não me respeita, e tá ai (Daniela suspira profundo ao falar da madrasta). (...) a relação com meu pai é boa! Um longe do outro, então é porque meu pai é muito fechado, por causa de ser home, não tem muito que falar com mulher, então ele é muito fechado, então eu não converso com ele direito. E a relação com a minha madrasta é tensa... e por causa de ser madrasta sempre tem uma visão ruim. Então eles casaram só que eles moravam separados, e ai até que minha vô morreu, ela teve que morar em casa pra ajudar meu pai a cuidar do meu sobrinho né. A relação com meu sobrinho é muito boa eu gosto dele como filho, e eu desejo tudo de bom pra minha irmã, então as vezes ela telefona lá em casa (...) mas é rápido, mais pra fala onde ela tá, que ela tá bem". (Daniela).

Percebemos que a vulnerabilidade social e conseqüentemente a pobreza estão constantemente proporcionando a essas famílias a vivência de situações limites em seu cotidiano. Em conseqüência a tudo isso, os pais estão tão preocupados em atender as necessidades de seus membros que gastam mais tempo e energia buscando uma forma de pagar as contas no final do mês, deixando inconscientemente em segundo plano o cuidado com as suas relações. Mesmo porque as fragilidades que a família em vulnerabilidade social vivência em seu cotidiano é conseqüência das expressões da questão social, conseqüentemente faz com que essa preocupação (com as contas) torne-se mais acirrada.

Vivemos em uma sociedade que nos induz a consumir, porém as precariedades do cotidiano impostas pela mesma fazem com que esse inconsciente exista; os pais não vão pensar nas relações, o que é importante neste momento é pagar as contas, dar de comer para os filhos, garantir a sobrevivência da família.

Em decorrência de tudo isso, essas preocupações com o necessário acabam sendo pontos de centralidade na vida desses pais, impossibilitando-os de cultivar os laços familiares, passar mais tempo com seus filhos, dialogar, expressar um afeto, a ausência de tudo isso vai fragmentando os vínculos familiares.

Neste sentido, Gomes e Pereira (2005) contribuem dizendo: "Para a família pobre, marcada pela fome e pela miséria, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade". (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 359). Quando isso acontece, a falta de paciência, o estresse, a

agressividade, a não percepção do outro, a falta do diálogo, o distanciamento, vão ganhando espaço e gerando desarmonia e relações conflituosas no seio familiar. Desta forma, a família, em muitas ocasiões, deixa de ser o lugar de proteção, do cuidado, do afeto tão necessário para o ser humano.

Identificamos outro ponto na fala da assistente social que nos levou a refletir tudo isso que mencionamos acima:

“(...) hoje em dia a família tem tantas coisas para se preocupar que o filho adolescente acaba ficando em último lugar”. (Assistente social)

A princípio, pensamos que esta frase significava a culpabilização da família, mas, ao refletirmos, percebemos que a mesma faz sentido, a estrutura de desigualdade social que gera a pobreza, a exclusão, o desemprego, as condições precárias de vida desestabiliza emocionalmente os pais, precarizando suas condições de oferecer o afeto, atenção, o cuidado necessário para seus filhos adolescentes, e o resultado de tudo isso é a vulnerabilidade relacional.

Essas famílias, por não terem o apoio do Estado e uma renda digna, não encontram espaços para fortalecer os vínculos, não têm oportunidades de ter um lazer entre a família, de fazer uma viagem, de usufruir de férias, de ir aos centros culturais ou até mesmo de comprar algo que cada um deseja ou tem vontade de comer, e isso são coisas que fortalecem a vivência e a comunhão dos membros da família.

Nesse sentido, é de suma importância também mencionar que não é somente a ausência de renda que impede as famílias de usufruírem de tudo isso, mas também a falta de políticas públicas que viabilizem e proporcionem essas condições para essas famílias em situação de vulnerabilidade social. Por isso, é muito importante o que Gomes e Pereira (2005) apontam:

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 362).

As entrevistas também mostraram que os adolescentes não possuem esses tipos de convivência com sua família, os momentos de convivência entre eles são escassos, passeios e viagens são raridade.

“Quase nunca em minha família temos passeios e lazer! Uma vez na eternidade!” (Davi)

As outras disseram que costumam às vezes estar mais juntos em algumas datas comemorativas, os aniversários e as festas de finais de ano, Natal e Ano Novo.

“(...) assim, quando é comemoração de final de ano, que é Natal e Ano Novo, que a gente passa juntos, mas também é a mesma coisa de não tá presente porque a família inteira tem celular, então no Natal é tudo conectado, (...) conversamos só que também mexemos no celular, (...) não coloco a culpa neles porque eu também sou assim, mas (...) se a gente não se conectar (...) você vai ficar sem conversar com ninguém e vai acabar sofrendo alguma dependência sobre depressão essas coisas!” (Daniela).

Diante do que Daniela coloca, é interessante perceber que além dos impactos da pobreza em suas relações, também temos os impactos das redes sociais¹², um tema muito importante, porém que não será discutido agora, mas é uma realidade que vem distanciando e fragmentando as relações. As pessoas hoje em dia passam mais tempo conectadas em relacionamentos virtuais, do que com as pessoas que estão em sua volta.

Daniela também expressa um pouco do medo, pois, se não estiver conectada, pode ficar sozinha, é um pouco o que perpassa dentro da lógica capitalista, na qual, para que você seja aceito e não fique sozinho, é preciso conectar-se, viver de acordo com os padrões que estão colocados na sociedade. Porém, ao mesmo tempo que manifesta essa necessidade de estar conectada, também coloca isso como um ponto de distanciamento entre pais e filhos.

“Por motivo desses negócios, (...) não tem com quem contar, não tem muita intimidade com os pais, porque vive 24 horas com o celular, então não sabe

¹² A nova forma de comunicação tem afetado o dia a dia dos internautas. A quantidade de redes sociais é tão grande que os internautas gastam horas por dia para gerenciá-las. O usuário brasileiro passa em média 279 horas por mês na internet, boa parte desse tempo em sites de relacionamento, como Facebook e Instagram, segundo De Luca (2018) no relatório global de *We are Social* publicado. (SAYMON, Livyson. **A influência das redes sociais na comunicação humana**. Cesar, 2018. Disponível em: <<https://www.cesar.org.br/index.php/2018/08/27/a-influencia-das-redes-sociais-na-comunicacao-humana/>>. Acesso em: 11 ago. 2019).

a atitude dos pais, o que vai acontecer se falar alguma coisa sobre isso. Acaba ficando um muro entre os pais e os filhos. É filho respondendo pro pai, pai matando filho.” (Daniela).

Daniela mostrou certa consciência dos reflexos desta conexão virtual, que acaba fragmentando os vínculos familiares. Nesse sentido, achamos importante mencionar que, no projeto, os adolescentes e jovens, quando chegam para participar das atividades no CAS, deixam os celulares em seus armários, sendo assim, todos participam, relacionam-se, conversam, trocam experiências, sem a interferência dos celulares, deixando as relações virtuais e abrindo espaços para se relacionar com aqueles que estão em sua volta, criando entre eles vínculos saudáveis¹³. Por isso, nas entrevistas, eles demonstram essa satisfação em participar do CAS e das amizades que construíram nesse espaço.

Salientamos também outro elemento, a indiferença, que encontramos nas falas de dois adolescentes, quando se referiram ao abandono dos seus pais. Os adolescentes Davi e Daniela, ao mencionarem a ausência da mãe e do pai, mostraram-se indiferentes, ambos sendo abandonados por eles:

“Eu não tenho pai!” (Davi)

“Então, ‘Sôra’, eu nasci, néh, eu tinha um problema que eu não conseguia respirar, e nisso eu comecei a piorar e a minha mãe largou eu ..., eu tinha nove meses, e nunca mais deu notícias, e também meu pai nunca falou sobre ela. E quem me ajudou a cria foi a minha vó, e minha vó morreu, pra mim minha mãe tá morta!” (Daniela).

Daniela fala com muita frieza de sua mãe, com tom de revolta, que se expressa na frase: “pra mim, minha mãe está morta”. Os dois sofrem com a questão do abandono de seus pais, são vítimas dessa realidade de vulnerabilidade relacional, relacionada com o abandono. Quando falaram de seus pais, apresentaram em sua fala um pouco de ressentimento e revolta, mesmo não mencionando, fica evidente que esse tipo de abandono causa-lhes sofrimento, por isso, a expressão “não tenho pai! Minha mãe está morta!”

¹³ Ressaltamos que entendemos que o celular não é o único impedimento para a convivência e conversa, apenas gostaríamos de salientar que o não uso do celular nos momentos das atividades facilita a interação entre as pessoas.

Daniela também aponta essa falta de vínculo familiar como uma das supostas causas da depressão, que tem atingido de uma forma significativa os nossos adolescentes.

De acordo com Birtchnell (1988), uma das hipóteses mais prováveis provindas da aprendizagem, sobre o suporte familiar e a depressão, é que relacionamentos pobres na infância e adolescência (pouco afeto provindo dos pais, estimulação, comunicação etc.) contribuem de forma significativa para a aquisição de personalidades vulneráveis, os quais auxiliam na propensão para a depressão e modelos insatisfatórios de relacionamentos. Quanto maior a depressão apresentada por adolescentes, maior foi o número de problemas que os mesmos tiveram na sua infância, menor a percepção do suporte familiar e maior o uso de drogas, segundo pesquisa realizada por Windle (1991). (N. BAPTISTA; D. BAPTISTA; DIAS, 2001, p. 3-9).

É um aspecto que nos leva a refletir, pois o ser humano é um ser de relação, está constantemente se relacionando. Relaciona-se na família, na escola, no grupo de amigos, etc., por isso, “o estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano e a família, como grupo primário, é o lócus para a concretização desta experiência.” (GOMES; PEREIRA, 2005, p. 359).

Então, quando um adolescente não faz a experiência do afeto nas relações com sua família, fica mais vulnerável a situações de risco, como, por exemplo: as drogas, a violência, a depressão, o suicídio, etc. Por isso, os estudos de Nunes, Andrade e Morais (2013):

Apontam para uma maior preeminência da família como um fator de risco para a delinquência juvenil em decorrência da presença da violência intrafamiliar, ausência paternal, pouco afeto, autoritarismo, entre outros aspectos, muitas vezes influenciados pelo contexto social vulnerável pelo qual se encontra a família desvelando a fragilização das relações afetivas. (NUNES; ANDRADE; MORAIS, 20013, apud CRUZ, 2016. p. 65)

Diante dessa realidade, uns dos grandes desafios presentes nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é trabalhar essa dimensão dos vínculos afetivos nas famílias, porque o afeto, o amor, a relação, é inerente ao ser humano em especial nestas etapas iniciais da vida. Isso significa que o desenvolvimento de um trabalho juntamente com os pais e não só com os adolescentes é fundamental, um dos desafios da rede de assistência é criar espaços para refletir com as ambas as partes sobre essas temáticas mencionadas acima e as suas consequências na vida da família.

Nós convidamos outros adolescentes que sofrem também com esse contexto de fragmentação das relações, mas esses não aceitaram participar de nossa pesquisa, pois, diante do convite ou até mesmo nos atendimentos e atividades, declaram-se tímidos, burros e incapazes ou não inteligentes suficiente para dar uma entrevista. São adolescentes com muitas capacidades e qualidades que, mesmo em meio as suas limitações e fragilidades, estão conseguindo estabelecer vínculos no projeto, e cada um está se desenvolvendo, descobrindo suas potencialidades dentro do seu processo de amadurecimento.

Isso tudo é necessário para dizer que, mesmo os adolescentes fazendo essa experiência de vínculos afetivos no CAS, ainda não é suficiente. Essa dimensão faz-se necessária chegar em seu ambiente familiar e para além, eles precisam ser vistos pela sociedade, pelo Estado, pela escola, etc. Eles almejam ser amados por seus pais! Desejam ser notados, reconhecidos, respeitados, pelos mesmos e pela a sociedade. Tudo isso se dá dentro de um projeto de sociedade que não os reconhece e ,quando os reconhece, exige que se enquadrem dentro da lógica societária imposta, por exemplo, para ser bonito(a) é necessário ser magro(a), usar roupa “de marca”, enfim, é preciso consumir para ser valorizado, aceito, respeitado.

Diante de tudo isso, a pesquisadora recordou-se de uma experiência vivida na qual um dos adolescente mencionou que os traficantes são bons, porque eles cuidam dele, ou seja, ele acaba fazendo uma experiência de cuidado e afeto, e isso pode se tornar um espaço para que se envolva com o crime e com as drogas, tendo tudo isso como um ponto de referência para em que espelhar sua vida.

É bom ressaltar que, para os pais, também não é fácil lidar com tudo isso. Muitos mostram-se, às vezes, perdidos diante desse período conflituoso e turbulento da adolescência dos filhos. Além de buscar meios para sobrevivência, precisam descobrir caminhos para lidar com esse processo difícil que é a adolescência, tão necessário para o processo de crescimento. É importante destacar isso, para que a nossa reflexão não decorra pelo viés da culpabilização dos pais, mas em consideração de todo o contexto social, familiar, estrutural, econômico e histórico em que estamos inseridos.

Isso porque a adolescência dos filhos tem influência direta com os mesmos, principalmente a família, constituindo-se, portanto, como um processo difícil e doloroso tanto para os adolescentes quanto para seus pais, uma vez que, [...] a família não é constituída pela simples soma de seus membros, mas um sistema formado pelo conjunto de relações interdependentes no qual a

modificação de um elemento induz a do restante, transformando todo o sistema, que passa de um estado para o outro. (PRATTA; SANTOS, 2007, p. 253.)

Assim, é no ordinário da vida e nas relações estabelecidas que as perspectivas de vida dos adolescentes vão se construindo. Dessa forma, este primeiro capítulo buscou conhecer o cotidiano de vida dos adolescentes na tentativa de descobrir e apontar aspectos relevantes para um estudo mais aprofundado, em uma perspectiva de análise da totalidade da realidade dos nossos adolescentes. Portanto, identificamos que o cotidiano destes adolescentes é marcado por situações de fragmentação e fragilidade em seus vínculos afetivos familiares e comunitários, consequência de inúmeros fatores socioeconômicos.

CAPITULO 2

NAS ASPIRAÇÕES DA ADOLESCÊNCIA, NOVOS HORIZONTES ABREM-SE

Neste segundo capítulo, identificamos as perspectivas de vida que têm permeado a vida dos adolescentes, na certeza de que estão pautadas em suas experiências de vida cotidiana e em suas relações dentro das esferas família, escola, sociedade e no projeto social.

Antes de adentrar nas perspectivas dos adolescentes entrevistados, gostaríamos de iniciar este capítulo com um pensamento de Iamamoto (2015) que nos levou a refletir sobre a importância de se ter um olhar atento as perspectivas dos nossos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, as quais podem apresentar ou apontar um caminho de possibilidades e reflexões.

Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças, para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais, justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2015, p.17).

Este pensamento fala muito da importância de sonhar, de acreditar, de se ter esperança, principalmente em tempos difíceis, é preciso acreditar mesmo quando as condições não são favoráveis. Por isso, diante desse pensamento, acreditamos e compreendemos que as perspectivas de vida e futuro na vida do ser humano são geradoras de sonhos e de razões para viver, construir e transformar.

É importante frisar que os adolescentes entrevistados demonstram uma perspectiva de vida: percebe-se que há entusiasmo em aprender, acreditam mais em seu potencial. Entretanto, existem outros adolescentes que participam do mesmo projeto (não entrevistados) que já não demonstram perspectivas¹⁴ de vida, aparecem com mais dificuldades de aprendizado, são mais inseguros, não conseguem identificar suas qualidades e muito menos visualizar um contexto de realidade diferente do qual está inserido.

¹⁴ Tudo isso são deduções baseadas na experiência da pesquisadora com adolescentes, neste mesmo projeto, os quais não conseguem projetar sonhos, ter objetivos de vida. Foi isso que nos despertou o interesse nesta pesquisa.

Desta forma, deduzimos mais uma vez que tudo isso são consequências dos impactos das vulnerabilidades sociais e relacionais, que deixam sequelas profundas na vida de quem a experimenta, e também é resultado desta interação dos adolescentes com o mundo a sua volta.

Embora as narrativas já citadas mostrem as situações precárias e os relacionamentos fragmentados dos nossos adolescentes, é possível identificar a esperança e a capacidade de sonhar nas falas de cada um deles, existe uma perspectiva de uma vida melhor nas entrevistas. Perguntamos para cada um quais eram os seus sonhos, e, para nossa surpresa, todos sonham em terminar os estudos e fazer uma faculdade. Cada um traz consigo o desejo e a perspectiva de se ter uma profissão, e uma condição melhor de vida.

“O adolescente delinea perspectivas, criando um cenário de futuro, do qual a formação universitária e a vida profissional são partes importantes” (OLIVEIRA; PINTO; SOUZA, 2003, p. 3.) na trajetória de cada um, esses aspectos estão evidentes em suas narrativas.

“Primeiro eu quero terminar meus estudos néh, que é um grande sonho meu termina. E assim eu quero entra numa faculdade, fazer certim e eu quero entra na Aeronáutica (...). Assim agora na minha idade, eu preciso muito de estudo néh (...). Eu gosto de ir na escola, mas tem vez que a gente néh, não sente vontade, mas eu gosto muito de escola (...) porque escola pra mim por enquanto é tudo que eu preciso, ‘escola é vida’ como minha mãe diz.” (Laura).

(...) terminar meus estudos. Preciso estuda, estuda, estuda. Óh, eu queria fazer Artes Cênica, também gosto de Direito.” eu pretendo sim continua estudando, mas até eu consegui fazer faculdade, até lá eu tenho que pensa em uma dessas duas. (Davi).

“Então o meu sonho é crescer, ser engenheira ambiental, e estudar pra realizar esse sonho, então ‘Sôra’ estudar mesmo, focar nesse objetivo que eu quero, e mais pra frente a gente vê se é isso mesmo que a gente quer, eu nunca contei pro meu pai sobre isso não, e ele também nunca pergunta então. Então gostar de estudar eu gosto, só não gosto da matéria que é matemática, não sou boa em exatas, e eu preciso de matemática pra ser engenheira, então. Na verdade, eu queria ser administradora, e aí o meu sonho foi evoluindo aí eu fiquei mais interessada em procurar as coisas essas coisas, aí eu vi engenharia ambiental, aí eu me aprofundei no assunto gostei, porque é da natureza tudo, e eu sou mais zem, eu gosto de natureza”. (Daniela).

“Ah o meu sonho, eu quero ser polícia federal. Ah pra eu realiza ele, tipo eu tenho que fazer um curso, tenho que estudar pra caramba, porque é difícil a prova. (...) eu gostava antes de balé, eu queria ser bailarina, mas aí tipo eu fui crescendo mais um pouco fui amadurecendo aí éh, eu vi uma coisa no

jornal que eu tinha gostado, sobre a polícia militar muita gente fala que o policial militar... toda... não é toda aquelas coisas que todo mundo fala, e eu achava o contrário que polícia militar também polícia federal é uma tipo assim uma profissão boa, eu decidi! (Alice).

Laura sonha em ser aeromoça, e Davi, um advogado, ou em fazer arte cênicas; Daniela quer ser engenheira ambiental, e Alice, policial federal. Todos sonham, mas, ao mesmo tempo, também sabem que para alcançar os seus sonhos faz-se necessário estudar.

Contudo, só isso não é suficiente para atingir os seus objetivos. O contexto social, econômico da sociedade também contribui na viabilização ou não destes sonhos. O Estado em si, precisa oferecer condições e políticas educacionais que contemplem e favoreçam o acesso destes adolescentes no campo Universitário no futuro. É de suma importância oferecer uma educação de qualidade desde o ensino primário ao médio, para que os mesmos tenham condições de adentrar e acompanhar o ensino acadêmico até o fim.

Chamou-nos atenção também que, ao serem questionados sobre o gostar de estudar, alguns mencionaram que não gostam muito de estudar, porém reconhecem que o estudo é importante nesta etapa de suas vidas. No entanto, salientamos que “o sistema escolar, de qualquer sociedade, é o reflexo fiel da política e da ideologia dos grupos governantes e dos partidos políticos no poder” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 17), ou seja, a educação é uma forma de dominação. Para além, compreendemos:

a educação como um processo de humanização que se dá ao longo de toda a vida, ocorrendo em casa, na rua, no trabalho, na igreja, na escola e de muitos modos diferentes. Como processo, ela é anterior ao aparecimento da escola. Com o aparecimento desta e do sistema escolar, cada vez mais a educação vai se institucionalizando para orientar e controlar o desenvolvimento humano”. (GADOTTI, 2004, p.45).

Assim, segundo Vasconcelos (2007) a educação não deve separar as dimensões materiais dos problemas sociais da cultura e do saber ao buscar relacionar problemas específicos com o contexto político e econômico geral. Já dizia Paulo Freire (1987, p. 87): “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

Outro aspecto que destacamos nas entrevistas é que alguns entrevistados, quando disseram “[...] eu fui crescendo mais um pouco, fui amadurecendo aí éh [...]” (Alice) e “Então o meu sonho é crescer [...]” (Daniela), demonstram que não se

sentem mais crianças, mas tem essa percepção de que estão crescendo, porém não são adultos ainda. Neste sentido, julgamos necessário olhar com atenção para esse aspecto, porque às vezes corre-se o risco de exigir uma certa maturidade ou responsabilidade dos adolescentes, como se fossem adultos, mas não são.

No começo da adolescência o indivíduo passa por estado de completa reformulação física e psíquica. Quebram-se os hábitos que durante muito tempo foram mantidos como estáveis em seu comportamento infantil. Agora, os próprios adultos o obrigam a quebrar esses hábitos para que adquira outros mais condizentes. Isto cria perturbação interna, que se reflete nos comportamentos externos, muitas vezes sem nexos, que acabam irritando ao adulto que não compreende a forte reformulação que está levando efeito. (MOSQUEIRA, 1977, p. 38 *apud* ALVES, 2008. p. 25).

Em nosso ponto de vista, temos que esperar uma certa responsabilidade e amadurecimento de atitudes e comportamentos dentro do processo de crescimento de cada um, assim como uma semente tem seu tempo para se desabrochar, também nossos adolescentes têm um processo e um caminho a ser percorrido nesta passagem de criança para adulto, merecendo ser compreendidos e respeitados.

Um conselho à sociedade, para o bem dos nossos adolescentes e de sua imaturidade: não permitir que eles queimem etapas e adquiram uma falsa maturidade através da transferências de responsabilidades que não são deles, ainda que eles lutem por eles. (WINNICOTT, 2005, p. 158).

Outro elemento comum em suas perspectivas de vida é que os adolescentes trazem consigo o sonho de ter uma condição melhor de vida, tendo como centralidade o desejo de oferecer algo melhor para suas famílias. Isso fica evidente em suas respostas, quando perguntamos a cada um como gostariam de estar daqui a cinco anos:

“Eu gostaria de ter dado a casa pra minha mãe em primeiro lugar néh, depois ter a minha casa, ter meu carro, minha moto, ter tudo que eu quiser” (...) (Laura).

“Já! Até lá eu já vôh se maior..., já vôh ter meu carro, já vôh têh minha moto, quero têh moto. Quero ter uma casa, duas casa uma páh larga minha família, e uma só pra mim... sim! Éh... o que mais, já teh começado a faculdade ou terminado. Éh, já táh finalizando a carrera já. Queria tê muito dinheiro. É, porque aí eu podia ajudar minha mãe, ter uma casa melhor. Tê mais condição pro estudo das minhas irmãs, pro meu estudo...” (Davi).

Todos esses sonhos de ter uma casa, um carro, uma moto, ter tudo o que quiser, poderíamos dizer que dá-se em decorrência das suas condições de vulnerabilidade social: são privados de tantas coisas, que sonham em ter tudo aquilo a que não tiveram acesso; mas também são desejos movidos pela própria conjuntura social capitalista, que tem em seu bojo uma forte corrente consumista, e o valor do ser humano encontra-se no ter, como discutimos na introdução deste estudo.

Um aspecto que nos chamou atenção foi a imaturidade de sonhar em alcançar tudo isso em um espaço curto de tempo, em um contexto social marcado pela desigualdade, pela falta de oportunidades no que diz respeito ao mercado de trabalho, à educação de qualidade, às dificuldades de se ingressar na faculdade, etc.

No entanto, consideramos isso como positivo e ao mesmo tempo também reconhecemos essa capacidade de vislumbrar algo melhor para sua vida e família, um caminho para concretização de seus sonhos, pois, aumenta a sua determinação e o seu querer em buscar concretizar tudo isso. Sendo assim cabe a nós, profissionais, família e sociedade, valorizar, incentivar, apoiar, acreditar e orientar nossos adolescentes nesse processo, sem perder de vista que: “A imaturidade é uma parte preciosa da adolescência. Ela contém características mais fascinantes do pensamento criativo, sentimentos novos e desconhecidos, ideias para um modo de vida diferente”. (WINNICOTT, 2005, p. 158).

Todavia, a imaturidade não pode impedi-lo de minimamente conhecer a realidade de forma crítica, no sentido de buscar mudar sua trajetória lutando por direitos, os quais também devem ser informados e refletidos quando cerceados. Nesse sentido, o Serviço Social, em sua dimensão socioeducativa, tem muito a colaborar nesse processo, pensando e elaborando com os adolescentes, a partir deste conhecimento da realidade, possíveis caminhos e estratégias na tentativa de realizar esses sonhos, tendo em vista uma nova forma de sociedade, pois

O assistente social deve conduzir o usuário de seus serviços a um caminho próprio, rumo a sua emancipação social e política. Investir no trabalho socioeducativo é dar oportunidade ao usuário de crescer e se desenvolver, reconhecendo-se como ser social inserido numa realidade carregada de inúmeras determinações. (PELEGRINI, 2015, p. 11-12).

Aprendemos também que esta dimensão está vinculada à organização da cultura, visto que as relações profissionais que se estabelecem na atuação profissional dos assistentes sociais

[...] concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas diretamente envolvidas na prática profissional, interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos e da própria constituição do Serviço Social como profissão [...] (ABREU, 2002, p. 17 *apud* BONALUME; JACINTO, 2017, p. 423).

Mesmo porque,

Pensar o trabalho profissional no Judiciário¹⁵ pressupõe reconhecer que as diversas situações de violação de direitos, que atravessam o cotidiano profissional, revelam sujeitos sociais que vivenciam experiências “de violência social e interpessoal, que estão, por vezes, em situações-limite de degradação humana, com vínculos sociais e familiares rompidos ou fragilizados, que vivenciam o sofrimento social decorrente dessas rupturas e da ausência de acesso a direitos” (FÁVERO, 2012, p. 521 *apud* BONALUME; JACINTO, 2017, p. 422).

Mas os seus sonhos não estão voltados apenas para a situação financeira, mas também relacional. Laura, por exemplo, mencionou que gostaria que a sua relação com seu pai fosse diferente, mais próximo um do outro.

“Eu acho que a única coisa que eu queria que fosse diferente é a relação minha com o meu pai. Acho que só! Éh, porque ele tá preso então é um pouquinho complicado. Faz um tempinho que ele está preso, mas assim quando ele sai, ele vem me vê, só que eu acho que eu não tenho muita intimidade com ele, quando ele vem me vê, não é aquela mesma intimidade que eu tenho com a minha mãe, mas néh! Eu gostaria de melhorar isso.” (Laura).

Já Alice não menciona muito sobre seu pai, porém percebemos que ficou muito emocionada ao falar dele, a mesma sente falta do pai, ambos se vêem poucas vezes.

“(...) o meu pai e minha mãe são separados. Faz cinco anos. (...) ah eu falo com ele, de vez em quando”. (Alice).

Ainda nesta linha relacional, Daniela também demonstra na entrevista o desejo de obter uma relação mais próxima com seu pai, mas partindo dela mesma,

¹⁵ Entendemos que este pensar profissional deve ser para além do Judiciário.

pois, ao mencionar que gostaria de mudar suas atitudes de teimosia, que se expressa nos momentos em que ela culpa seu pai por aquilo que ela fez e não deu certo, vejamos a seguir:

*“Porque muitas das vezes eu erro muito, e acabo colocando a culpa nos outros, principalmente no meu pai, e ele não tem nada a ver com isso. Então as minhas atitudes. Ai tipo às vezes eu quero fazer alguma coisa, falo pro meu pai. O meu pai acaba não deixando, e aí mesmo assim eu vòh lá e faço, aí depois eu boto a culpa nele, porque ele deixou eu fazer isso”.
(Daniela).*

Davi, ao partilhar conosco seus sonhos, disse que tem vontade de conhecer gente famosa e, ao falar isso, seus olhos brilharam, falou com muito entusiasmo, o que nos fez pensar na importância dos papéis de representação social na vida dos adolescentes.

*“Conhecer gente famosa, éh! Tanta gente, éh! Paulo Gustavo”.
(Davi).*

Dessa maneira, poderíamos dizer que as representações sociais fazem parte da consolidação da identidade dos adolescentes, os quais buscam alguma figura como ponto de referência para viver e experimentar neste tempo específico de sua adolescência (QUIROGA; VITALLE, 2013).

Esse aspecto nos levou a refletir e pensar quais as representações sociais que nossos adolescentes estão tendo como exemplo ou referencial de vida em tempos tão conturbados pela indiferença, desigualdade, corrupção, falta de credibilidade, violência, consumismo, etc.

Quiroga e Vitalle (2013), em suas reflexões, ajudam-nos a pensar e refletir esse aspecto:

Heróis de Hollywood, jogadores de futebol e atletas, personagens históricos e ficcionais, estereótipos de profissionais, mas também de outros autores, como traficantes, estranhos e arrivistas, serão, com efeito, alguns exemplos de referências em que os indivíduos nesta fase irão ancorar sua identidade, projetando-a para a fase adulta. (QUIROGA; VITALLE, 2013, p. 868).

Toda essa discussão leva-nos mais uma vez ao nosso ponto de partida discutido anteriormente, a necessidade de compreender nossos adolescentes tendo como ponto de partida o seu contexto familiar, histórico e social; não podemos

perder de vista este elemento que faz toda diferença no trabalho e nas ações do Serviço Social e de qualquer outra área.

Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora desta trama. Permite também apreender as dimensões objetivas do trabalho do assistente social. Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constrói sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidade e uma direção social. (YAZBEK *et al*, 2009, p. 4-5).

Isso significa dizer que toda a ação do Serviço Social configura-se dentro das relações sociais, com uma inserção na realidade de seus usuários e do Estado.

Em nossa entrevista, também tivemos a curiosidade em perguntar para os adolescentes o que cada um gosta e o que não gosta em nosso País ou no Município de Aparecida e como se sentem no contexto atual da sociedade, no intuito de identificar suas perspectivas de mundo e de realidade.

Foi uma experiência bem bacana, pois suas respostas apresentaram pontos comuns e significativos e um dos pontos que mais apareceu com unanimidade em suas respostas foram o interesse e o desejo de que no Município proporcionasse mais espaços de diversão e esportes:

“Eles poderiam fazer alguma coisa diferente aqui na cidade, que chame mais pessoas, sem ser a Basílica, porque as pessoas, só vem aqui por causa da Basílica. Então fazer outra coisa sem ser intencionado a religião, mais por diversão, e que Aparecida não seja só conhecida, pela Nossa Sra. pelas outras coisas também. Isso, porque aqui na Aparecida não tem muito, esporte essas coisas, podia ter olimpíadas.” (Daniela)

“Aqui podia ter algum lugar pra mais diversão, uma lan house de grátis, pra que as pessoas aumentem seus conhecimentos”. (Davi).

“Ah, eu queria que tivesse, (...) mais diversão, porque aqui é meio quieto, só sábado e domingo, começa vim movimento pra cá”. (Alice).

“(...) eu fazia bastante esporte sabe, eu fazia ginástica rítmica, aí eu fazia lá na porta de casa, que tem a quadra da escola, só que agora não tem mais. Então pra eu não ficar indo lá em Guará e voltar, eu queria que tivesse aqui de novo. Tinha bastante coisa, handebol, basquete, vôlei. Era legal sabe, tanto pra mim quanto pros meus amigos, então acho que é isso.” (Laura).

Este interesse pelo esporte chamou-nos atenção, pois estamos inseridos na era digital, principalmente nossos adolescentes, os quais passam mais tempo conectados às redes sociais e em *games*. Porém, é notório em suas narrativas que os mesmos buscam momentos de divertimento, entretenimento, cultura, ou seja, novas experiências que vão além da religiosidade presente no Município.

Outro aspecto que gostaríamos de destacar consiste na ausência do Estado e do Município, que nada têm feito para proporcionar esses espaços para a nossa juventude. Na realidade, em sua maioria, o acesso aos serviços é negligenciado pelo Estado, promovendo ainda mais a situação de vulnerabilidade das famílias, o que pode refletir no direito de ser criança e adolescente.

Até os nossos adolescentes também conseguem identificar essa ausência do Município de Aparecida. Eles mencionaram que o Município não tem lugar para diversão e esporte e que poderia ser feita alguma coisa nesse sentido; ainda disseram que só o Santuário Nacional ganha visibilidade na cidade. Porém, toda criança e adolescente é um ser humano e necessita de proteção integral da família e do Estado, sendo garantidos ao menos os direitos mínimos para um desenvolvimento pleno.

Outro elemento relevante encontrado nas narrativas é que os adolescentes também comentaram sobre a dimensão política em que estamos inseridos, de acordo com o conhecimento de cada um, mesmo que seja uma visão baseada, às vezes, no senso comum, sem muitos fundamentos, mas julgamos importante, porque isso nos mostra que os mesmo possuem uma noção mínima da atual realidade.

“Então, eu gosto aqui na cidade, que ela é muito conhecida, aí fora, pela Nossa Sra. tudo, pela Basílica. E o que eu não gosto, é que ao mesmo tempo, que ela é lembrada ela é esquecida, porque aqui é muito maltratado não tem delicadeza com a cidade, é mais na Basílica, sim. Assim eles não cuidam do entorno que tem na cidade, é só a Basílica. Então eu acho que precisa melhorar um pouco. Eles poderia fazer... num sei eles poderiam fazer alguma coisa diferente aqui na cidade, que chame mais pessoas, sem ser a Basílica, porque as pessoas, só vem aqui por causa da Basílica. Então fazer outra coisa sem ser intencionado a religião, mas mais por diversão, e que Aparecida não seja só conhecida, pela Nossa Sra. pela outras coisas também”. (Daniela).

“O que eu não gosto é a indecisão do povo brasileiro, de vota e não vota, não sabe em quem vota. Porque eles não estudam muito, eles vão por qual que tem mais dinheiro, por qual que vai beneficia a pessoa, o que eu não

gosto também, aqui em Aparecida – SP, é muito enrolado as coisas, demora muito pra fazer, aí o prefeito demora muito pra realiza as coisa”.
(Davi).

Gostamos muito quando Davi menciona de uma forma simples que as coisas em Aparecida demoram a acontecer; isso, de certa forma, retrata muito bem a demora e lentidão das ações do poder público. Embora seja uma cidade turística, o que se percebe é que o Santuário em si é bem bonito e cuidado, mas a cidade em si é esquecida, como disse Daniela.

Dessa forma, temos um Estado cada vez mais reduzido aos interesses da população, deixando de proporcionar o bem estar social do qual é responsável para se atrelar aos interesses do grande capital, norteado pelas ideias neoliberais:

[...] as medidas neoliberais, em especial sua proposta, aponta “como solução o desmonte do Welfare State, promovendo o Estado mínimo. Isto implica uma redução dos direitos sociais, das políticas sociais e, se for necessário, dos direitos políticos, tudo em nome dos direitos civis (principalmente o direito à propriedade privada)”. O ideário neoliberal traz em seu discurso, que os gastos com o social são um ônus para os cofres públicos, negando uma ação mais efetiva do Estado com as políticas sociais. Assim sendo, o neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e o terceiro setor. Desresponsabilizando assim, o Estado na condução das políticas sociais e anulando o caráter de direito das mesmas, que passam a ser vistas como um favor, um benefício (PASTORINI, 2002; SOARES, 2002 *apud* ALVES; VILELA; RODRIGUES, 2013, p. 8).

Por meio de tudo isso, deduzimos que os nossos adolescentes não estão no “mundo da lua”. Embora estejam em uma etapa da vida marcada pela instabilidade, os mesmos demonstram ter uma visão minimamente crítica, da esfera política do município, um ponto muito importante a ser refletido com eles, mesmo que seja uma visão limitada, sem muitos conhecimentos.

Nessa perspectiva, é fundamental partir do que eles trazem para gerar novas intervenções, pois a realidade narrada por eles é muito mais concreta do que as estipuladas nos bancos das academias. É necessário somar conhecimentos, trabalhar de forma igual, interativa, a voz deve ser dada a todos.

Dessa forma, Paulo Freire (1988) afirma:

[...] é tão importante partir da realidade do educando quanto caminhar no sentido da superação, da ultrapassagem desse momento inicial,

possibilitando a ele a ampliação do conhecimento crítico dessa realidade, garantindo o acesso ao conhecimento mais elaborado, como um instrumento a mais para melhor lutar contra a opressão. (FREIRE, 1988, p. 13 *apud* BARBOSA, 2013, p. 57).

Ainda dentro desta dimensão encontramos alguns aspectos que demonstram certa indignação em nossos entrevistados sobre a corrupção no Brasil.

“Cada cidadão tinha que ter o seu direito de falar o que acha e sente sobre a política, que não tá certo, eles fazendo o que estão fazendo e mesmo assim não levando a culpa. (...) é muita corrupção no nosso país, eu acho que o nosso país é o país que mais tem corrupção no mundo”. (Alice)

“(...) Entre a relação à política o brasileiro ao mesmo tempo que defende a sua origem a sua garra, (...) ao mesmo tempo não estão ligando pro que está acontecendo com o Brasil. E eu penso que só vai melhorar mesmo quando vim um presidente honesto e que pode fazer a diferença, e não só fale, faça!” (Daniela)

Essas percepções dos nossos adolescentes representam para nós o clamor da nossa juventude, expressos na simplicidade e ao mesmo tempo na autenticidade de suas falas, por um país sem corrupção, onde a honestidade seja um princípio fundamental de nossos governantes, e que o direito de participação nesse processo seja de todos.

Também dentro da temática da visão de mundo, percebemos em nossos adolescentes um olhar sensível diante de algumas realidades que os tocam e ferem a dignidade humana, como, por exemplo, o preconceito, o *bullying*¹⁶, a violência, etc., gerando medo e insegurança.

“Ah, eu não gosto muito do preconceito, aqui mesmo falando que não tem preconceito no nosso país o índice é alto do preconceito”. (Alice)

“O que eu não gosto..., Bullying, porque (...) na minha escola, eu vejo muito sabe. O que aconteceu, em Suzano, o que aconteceu lá... gente! Nossa eu fiquei muito abalada, eu não consegui ir pra escola, eu imaginava isso na minha escola, (...)” (Laura).

¹⁶ O *bullying* é um problema mundial e tem sido muito discutido, principalmente no ambiente educacional, no qual infelizmente crianças e adolescentes ainda sofrem agressões físicas ou psicológicas de seus colegas. Segundo dados do terceiro volume do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) 2015, no Brasil, aproximadamente um em cada dez estudantes é vítima frequente de *bullying* nas escolas. (SANTOS, Gilmaci. **Uma reflexão sobre o bullying**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=381691>>. Acesso em: 4 ago. 2019.)

Como percebemos, o *bullying* é um tipo de violência muito presente no cotidiano de nossos adolescentes, camuflado, muitas vezes, em atitudes de brincadeiras que oprimem, provocando sofrimento tanto psicológico quanto físico no sujeito.

[...] o bullying está mais relacionado as características físicas, preconceitos, rejeições grupais, agressões físicas e verbais, pela ideia de inaptidão das vítimas, em se adequarem aos ideais, vestimentas e maneiras de se portar de seus agressores. Ou ainda, simplesmente como forma de se auto afirmar em grupos dominantes e/ ou por satisfação em agredir (bastante comum e geralmente justificado como brincadeira). (GOMES, 2007 *apud* ALVES, 2008. p. 29)

Acreditamos que um dos caminhos para superar essas atitudes agressivas e discriminatórias é trabalhar e refletir com a sociedade a riqueza das diferenças, sobre ninguém ser igual a ninguém, cada um trazendo consigo algo singular para agregar à realidade do outro, havendo espaço para todos no mundo.

O preconceito e a discriminação, como, por exemplo, os raciais, são consequências de uma estrutura social decorrente de um processo histórico de uma construção societária, que infere não somente no aspecto subjetivo do indivíduo, mas também a nível estrutural, gerando a exclusão social ou apartação do indivíduo na sociedade.

Segundo Farias (2019) em sua reflexão sobre o preconceito na sociedade publicado no Brasil Escola, contribui dizendo que:

Vivemos em uma sociedade, onde o termo “preconceito” denomina boa parte da população. Há casos em que esse preconceito é estampado e em outros em que ele se encontra mais oculto, portanto ele está ali, somente esperando uma oportunidade para se tornar explícito. Existem muitas campanhas, palestras, e até mesmo protestos contra essa prática, portanto mesmo com tudo isto, muitas pessoas não se constroem com esse ato tão discriminante. O preconceito em geral refere-se a várias questões: em primeiro lugar temos o preconceito racial, que é considerado perante a lei, um crime inafiançável. Depois, temos também o preconceito à estatura física, se a pessoa é magro demais, gordo demais, baixo ou alto em demasia, verifica-se, portanto, que estas pessoas fogem do padrão que a sociedade estabelece como uma vítima de bullying. (FARIAS, 2019, n.p aqui não consegui identificar a pagina no site).

As perspectivas de vida dos adolescentes entrevistados ajudaram-nos a compreender um vasto horizonte a ser explorado pelo serviço social, dando

diretrizes para executar um trabalho de qualidade, capaz de contribuir com o processo de desenvolvimento e transformação de cada um e da sociedade.

Na entrevista com a assistente social da instituição, esta frisou a relevância de buscar ações que partam do que o adolescente deseja e, ao mesmo tempo, pontuou a importância das avaliações durante o processo.

“Então através dos programas, dos serviços desenvolvidos dentro das oficinas, das nossas reuniões, das nossas ações socioeducativas dentro do serviço, eles podem apresentar suas perspectivas. Através das perspectivas deles podemos refletir, nos unir quanto categoria, e nos unir com a rede de serviços pra poder fazer que essas demandas sejam supridas, as perspectivas deles. Agente vai refletir através de toda aquela demanda, toda dificuldade, e toda perspectiva que ele tem de melhoria, de qualidade vida, de autoestima, de convivência social, isso vai desenvolver o nosso trabalho. Através do planejamento, do relatório, da avaliação que a gente passa pra eles, o que está dando certo e o que não está dando certo, e através da transformação de vida deles a gente se organiza, planeja conforme a necessidade e as perspectiva deles. (Assistente social).

Acreditamos que esse entendimento potencializa a dimensão socioeducativa do Serviço Social junto ao trabalho realizado com os adolescentes, por meio da reflexão, da orientação, da troca de informação, do diálogo, realizados nos espaços de convivência, com o objetivo de levar os sujeitos atendidos a questionar, a entender e a compreender o sistema que gera suas condições de vulnerabilidade social e relacional e seus respectivos impactos. No entanto, não só atingir essa consciência, mas também organizar e fomentar o trabalho coletivo (mobilização) para a viabilização dos seus direitos (JACINTO, 2017).

Ainda, os autores Lima e Carloto (2009) afirmam que “não é suficiente desvelar realidade para que haja conscientização [...] mas que é necessário transformar essa realidade pela ação prática sobre ela”. (LIMA; CARLOTO, 2009, p. 131 *apud* BARBOSA, 2013, p. 54). A partir disso, também é necessário pensar em como articular a rede de serviços que, na maioria das vezes, encontra-se tão defasada, precária; em como mediar ações que realmente façam valer o que é preconizado na PNAS; e em como fomentar as potencialidades de cada indivíduo, do território e do coletivo.

Encontramos nas perspectivas de vida e futuro de nossos adolescentes elementos fundamentais para a problematização com os mesmos, a fim de se traçar ações que de fato possam trazer mudanças. Quando mencionam sobre a corrupção, o preconceito, o *bullying*, a demora e lentidão do poder público, estudar, fazer uma

faculdade, melhorar os vínculos afetivos, tudo isso são luzes para nossa intervenção.

Somos desafiados a problematizar todas essas situações e com elas pensar maneiras de participação coletiva nas esferas públicas e, ao mesmo tempo, contribuir na concretização dos seus sonhos, como, por exemplo, trazer informações sobre o acesso às Universidades Públicas, dos sistemas de cota e de bolsa das faculdades, enfim, abordar todos esses elementos por eles apresentados.

O caráter educador é inerente ao serviço social, o qual se concretiza quando existe essa troca de conhecimento nos vínculos estabelecidos com seus usuários, o processo de conscientização, reflexão crítica da realidade e as possíveis transformações societárias se dão neste encontro com o outro.

Por isso, essa dimensão educativa do assistente social presente no Projeto Ético Político da profissão segundo Cardoso e Maciel (2000):

concretiza-se fundamentalmente através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre o assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva do fortalecimento e avanço das referidas classes como classes hegemônicas. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 144 *apud* JACINTO, 2017 p. 89).

Um dos grandes desafios destas ações socioeducativas no serviço social é contribuir para que os adolescentes desenvolvam coletivamente maneiras para se posicionar e explicar as realidades sociais, fortalecendo sua participação de mobilização no enfrentamento das suas lutas por direitos (JACINTO, 2017). Em outras palavras:

Os adolescentes precisam conquistar sua liberdade, mas precisam sentir-se incluídos. Precisam do seu diferente e do seu semelhante. Precisam fazer parte de um grupo. Carregam consigo a força e a fragilidade, a coragem e o medo, a completude e a transitoriedade. A incerteza é também uma conselheira permanente de construção da identidade dos adolescentes. Estes se encontram em uma situação que oscila entre o tudo e o nada. Sua liberdade se manifestará na sua capacidade e direito de proceder escolhas, de se verem capazes de optar entre o diferentes alternativas. (CARVALHO; SALLES; GUIMARÃES, 2003, p. 39 *apud* ALVES, 2008, p. 30)

Portanto, os nossos adolescentes, em meio ao seu processo de desenvolvimento, caracterizado pela imaturidade e pela crise, trouxeram elementos fundamentais de esperança, humanidade e respeito, os quais precisam ser valorizados e potencializados, no intuito de contribuir na elaboração de novos projetos pessoais, comunitários e societários.

“Tenho muita vontade de adotar também! Sempre senti vontade de adotar uma criança”. (Laura)

“Agente precisa mais, gostar do próximo néh”! (Daniela)

“Ter mais amor” (Alice)

“Isso! Porque gente precisa de gente pra ser gente”! (Daniela)

Nessas últimas narrativas, identificamos gestos e sentimentos que revelam a esperança dos adolescentes em um futuro melhor por meio das relações de respeito estabelecidas uns com os outros. Assim, as perspectivas de vida apresentada nesta pesquisa pelos adolescentes, nos apontam que é preciso refletir coletivamente a realidade social e política, as formas de participação nas esferas públicas e a socialização de informações para cessar os seus direitos e fortalecer os vínculos familiares.

CONCLUSÕES

É interessante como, no início desta pesquisa, estávamos focados nos impactos das situações de vulnerabilidade social na vida de nossos adolescentes, a qual interfere diretamente no seu processo de desenvolvimento, na sua capacidade de sonhar e nas suas escolhas. Porém, durante a elaboração da pesquisa, um vasto leque de elementos foram se revelando, e isso nos ajudou a analisar outros fatores, além da vulnerabilidade social, que também inferem diretamente nas condições de vida e de relacionamento do adolescente com o mundo a sua volta. Para o Assistente Social, isso é de suma importância, pois não dá para ter uma intervenção focalizada, é preciso esse olhar amplo, macro, para perceber o que a realidade está nos apontando ou revelando.

Por isso, a pesquisa levou-nos a refletir que o processo da adolescência configura-se de acordo com o processo histórico, social, cultural, econômico e familiar no qual o adolescente está inserido, conseqüentemente a família, a sociedade e o Estado tornam-se responsáveis pelo desenvolvimento e proteção dessa juventude.

A pesquisa também nos proporcionou conhecer a realidade do cotidiano de cada adolescente, cujas narrativas revelaram as atividades realizavam todos os dias, na família, na escola e no projeto social. Por meio desse conhecimento, identificamos também como se davam as relações com seus familiares, que, por sinal, mostraram-se fragilizadas, em decorrência da situação de vulnerabilidade social e relacional em que se encontram.

Nessa direção, conhecer a realidade cotidiana dos adolescentes em vulnerabilidade social levou-nos a refletir o cotidiano, lugar do ordinário, das coisas corriqueiras, como um espaço propício para a superação da alienação, pois, as atividades do dia a dia tornam-se mecânicas, e, dessa forma, deixamos de refletir sobre essas ações e nas relações de poder em que se configuram.

É interessante destacar que não houve dificuldades em atingir nossos objetivos específicos, os quais foram possíveis devido aos vínculos estabelecidos no processo da entrevista. Houve uma experiência de alteridade entre a pesquisadora e os adolescentes entrevistados, uma relação de confiança, de acolhida, de escuta

diante daquilo que cada adolescente partilhava. Cada narrativa era singular, cada um, com seu jeito simples, apresentou o seu universo, seus sonhos imbuídos de muita esperança. Visto que essas relações de alteridade permitem ao Serviço Social exercer seu trabalho não somente focado na perspectiva do direito, mas também um atendimento que seja capaz de reconhecer, valorizar, aprender e construir com as experiências e conhecimento dos seus usuários. Isso contribui na luta contra a lógica do capital, por meio da qual o ser humano é visto como mercadoria, fazendo com que seu valor dê-se de acordo com sua capacidade de produção e posses.

No entanto destacamos, como ponto central e marcante, esse momento, no qual foi possível desconstruir as imagens, os estereótipos, deste processo da adolescência, inerente ao desenvolvimento humano.

A bibliografia pesquisada trouxe-nos uma nova concepção do adolescente, um processo que não deve ser caracterizado somente pela dimensão da crise, mas uma fase potencializadora na vida do ser humano, quando bem trabalhada, dialogada, acolhida e orientada.

Por fim, a pesquisa ampliou nossos horizontes, levando-nos a pensar além da vulnerabilidade social, que priva os adolescentes e suas famílias de ter acesso aos recursos básicos de uma vida digna, relacionando também a fragmentação das relações na família, deixando os adolescentes mais vulneráveis a situações de risco (drogas, violência, depressão, etc.).

Sendo assim, acreditamos que o Serviço Social tem muito a contribuir neste processo da adolescência com trabalhos que envolvam os adolescentes e suas famílias, com reflexões, informações, orientações, que os levem a uma consciência de sua realidade de vulnerabilidade em suas relações. É preciso que compreendam principalmente o projeto societário capitalista que infere diretamente em suas condições de vida e de relacionamento com o outro, superando a alienação e fortalecendo a mobilização na efetivação de seus direitos, tendo como base a dimensão socioeducativa da profissão, com o intuito de pensar estratégias juntamente com seus usuários e outros atores sociais em uma nova sociedade justa e igualitária.

Portanto, o Serviço Social também precisa superar o cotidiano da profissão, refletir suas ações, ir além das burocracias, estabelecer vínculos, problematizar com mais frequência as perspectivas dos adolescentes, como, por exemplo, a corrupção, o preconceito, o *bullying*, a ausência do poder público, enfim, a discussão do projeto

societário vigente, seus impactos e as relações de poder que os mesmos estabelecem devem fazer parte do seu dia a dia, afim de contribuir no processo da reflexão crítica da realidade e da força do coletivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cleusimar; VILELA, Taisa; RODRIGUES, Elisangela. A Responsabilidade do Estado enquanto provedor de Políticas Públicas e o Serviço Social: aspectos polêmicos. *In*: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, CRESS 6ª Região. **Anais...** Belo Horizonte, v. 7, 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+RESPONSABILIDADE+DO+ESTADO+ENQUANTO+PROVEDOR+DE+POL%C3%8DTICAS+P%C3%9ABLICAS+E+O+SERVI%C3%87O+SOCIAL%3A+ASPECTOS+POL%C3%8AMICOS+Cleusimar+Cardoso+Alvesi+Taisa+Alves+Silva+Vilelaih+Elizangela+Pimenta+Rodrigues&btnG=>> Acesso em: 4 ago. 2019.
- ALVES, Gabriela Maciel. **A Construção da Identidade do Adolescente e a Influência dos rótulos na mesma**. 2008. Disponível: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2019.
- BARBOSA, Juliana Alves. **O Trabalho socioeducativo no Sistema Único da Assistência Social**: reflexões sobre o pensar e o agir dos trabalhadores sociais. 2013. 176f. Tese (Mestrado) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2013.
- BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BONALUME, Bruna; JACINTO, Adriana Giaqueto. **Dimensão Socioeducativa do Trabalho do Assistente Social no Judiciário**: contradições e perspectivas. Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 16, n. 2, p. 414 - 426, ago.-dez. 2017.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistencial Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2017.

_____. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

CASTEL, Robert; W. WANDERLEY, Luiz; WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2007 .

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *In: Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr.-jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2019.

CRESPO, Antônio; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *In: RAE-eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CRUZ, Janaina Miranda. **Sentidos dos afetos das famílias em situação de pobreza acompanhadas pelo CRAS**. Fortaleza, 2016. Dissertação (pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará.

FAERMANN, Lindamar Alves. Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social. *In: Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 18, n. 2, p.34-51, jan.-jun. 2016.

FARIAS, Nayara. **O preconceito na sociedade**. Brasil Escola, 2019. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/o-preconceito-na-sociedade.htm>> Acesso em: 4 ago. 2019.

FEITOSA, José Lirailton Batista. **A Ineficácia do Estado Brasileiro no Combate à Pobreza na Constituição Federal de 1988**. 2014.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisa sobre a comunicação no mundo de trabalho. *In: Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo, RS. v. 16, n. 2, p. 124-131, 2014.

Disponível: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5947>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. v. 10, p. 357-363, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232005000200013&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. Tradução de Antônio Negrino. São Paulo: Summus, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. *In: O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2015.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. *In: Revista Katálysis*, Florianópolis. v. 20, n. 1, p. 77-85, 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000100084>. Acesso em: 6 ago. 2019.

JUNQUEIRA, Juliana Marques. **O Programa bolsa família: reflexos do descumprimento de condicionalidades no cotidiano das famílias**. 2018. 123f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. *In: Serv. soc. soc*, São Paulo. n. 117, p. 22-44, 2014.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.

N. BAPTISTA, Makilim; D. BAPTISTA, Adriana Said; DIAS, Rosana Righetto. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. *In: Psicologia: ciência e profissão*, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932001000200007&script=sci_arttext&lng=es. Acesso em: 12 Ago. 2019

NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, Maria Cláudia; PINTO, Raquel Gomes; SOUZA, Alessandra da Silva. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. *In: Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, SP. v. 11, n. 1, p. 16-27, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000100003. Acesso em: 12 ago. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PELEGRINI, Soraya Magalhães. A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na área da saúde. *In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, Belo Horizonte. jun. 2013. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20DIMENS%C3%83O%20SOCIOEDUCATIVA%20DO%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20%C3%81REA%20DA%20SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2019.

PRATTA, Elisângela; SANTOS, Manoel. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *In: Psicologia*

em estudo, Maringá. v. 12, n. 2, p. 247-256, maio-ago. 2007. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05>>. Acesso : 11 ago. 2019.

QUIROGA, Fernando Lionel; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. *In: Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. v. 23, p. 863-878, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0103-73312013000300011&script=sci_arttext>. Acesso: 11 ago. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea? Alguns apontamentos. *In: Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 1, p. 33-41, 2005. Disponível em: <<https://www.Redaly.org/pdf/395336281005.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Parâmetros das ações socioeducativas. **Igualdade como direito, diferença como riqueza**. São Paulo, 2007.

SIERRA, Vânia Moraes; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidade e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. *In: São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan.-mar. 2006. Disponível em:<<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SILVA, Maria Ozanira *et al.* O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. *In: Revista de Políticas Públicas*, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2015. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=o+debate+sobre+a+pobreza+%3A+quest%C3%B5es+te%C3%B3rico-conceituais&btnG=>>. Acesso em 10 jun. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. *In: Praia Vermelha*, v. 18, n. 1, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O significado sócio-histórico da profissão.
In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília:
CFESS/ABEPSS, p. 125-142, 2009.

WINNICOTT, Donald Woods. Tipos de psicoterapia. *In: _____*. **Tudo começa em casa.** 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 93-104, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas com os adolescentes

- 1- Fale um pouco de sua rotina, do que você costuma fazer todos os dias.
- 2- Com quem você mora? E como é a sua relação com sua família? O que vocês gostam de fazer?
- 3- Fale um pouco de seus sonhos e o que você poderia fazer para realiza-los?
- 4- Você gosta de estudar? Por quê?
- 5- Você tem intenção de continuar estudando e fazer alguma faculdade? Qual?
- 6- Você já imaginou como você gostaria de estar daqui uns cinco anos?
- 7- Se fosse mudar algo em sua vida o que você gostaria que fosse diferente?
- 8- Dê exemplos do que você gosta e aquilo que você não gosta no nosso país ou em sua cidade.

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista com a assistente social

- 1- Como você vê a particularidade de cada adolescente que participa do projeto?
- 2- Fale um pouco de suas perspectivas com relação ao seu trabalho desenvolvido com os adolescentes que você acompanha neste projeto.
- 3-Nos conte um pouco sobre as suas estratégias de intervenção no que se refere ao acompanhamento destes adolescentes.
- 4-Você acredita que é possível desenvolver a dimensão socioeducativa do Serviço Social através das perspectivas de vida dos adolescentes? Por quê?

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA NA INSTITUIÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: As perspectivas de vida de adolescentes em vulnerabilidade social: desafios e possibilidades.

Pesquisador Responsável: Ma. Juliana Alves Barbosa

Telefone de contato: (12) 98139-4835

Pesquisadores participantes: Elaine Cristina Alves Sabino

Telefone para contato: (16) 98185-8210

Descrição da pesquisa

Objetivo Geral: Compreender as perspectivas de vida e de futuro do adolescente em situação de Vulnerabilidade social que participam de um projeto social na cidade de Aparecida – SP.

Objetivos Específicos: Conhecer o cotidiano de vida dos adolescentes; levantar as perspectivas dos adolescentes de vida e futuro; apontar caminhos indicados pelo adolescente no que se refere a sua perspectiva de vida e futuro.

- **Local onde será realizada a pesquisa:** Esta pesquisa será realizada no Centro Social Santíssimo Redentor – CAS, da cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

- **População alvo da pesquisa:** A pesquisa será realizada com 4 adolescentes que participam especificamente do Programa Inclusão Jovem e uma assistente social da Instituição.

- **Instrumento/técnica da pesquisa:** Nesta pesquisa utilizaremos a abordagem qualitativa, aplicando o instrumento da entrevista com um roteiro de perguntas abertas e fechadas as quais serão gravadas em um gravador com sigilo. Também utilizaremos a ficha social dos Adolescentes para identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados. Solicitaremos a coordenação do Centro Social Santíssimo Redentor – CAS autorização para a realização da pesquisa. Após o consentimento da Instituição será realizado uma reunião com os pais, os adolescentes para elucidar sobre a pesquisa e definir quem participará de forma voluntária, será entregue aos pais um termo de Consentimento Livre e Esclarecido com intuito de permitir a participação do filho e outro de Assentimento Livre e Esclarecido aos adolescentes no ato da entrevista, as quais serão agendadas e gravadas. A assistente social será convidada pessoalmente e assinará Termo de consentimento livre e esclarecido no dia da entrevista, a qual será agendada e gravada. As análises darão pelo método de triangulação, ou seja, os dados coletados serão analisados levando em consideração as narrativas, o contexto social e todo aporte teórico presente nesta pesquisa.

- **Período de realização da pesquisa:** maio de 2019.

- **Como será a participação do pesquisado na investigação**

- **Tempo estimado para participação do pesquisado na pesquisa:** Os adolescentes participaram respondendo às perguntas realizadas na entrevista, sobre o seu cotidiano e quais as suas perspectivas de vida, com dia e horário agendado com cada um. O mesmo se dará com a assistente social afim de identificar as suas perspectivas de leitura e intervenção. As entrevistas serão realizadas em maio de 2019, com duração aproximadamente de 1hs.

Risco/Benefício para os pesquisados da investigação: Benefícios da pesquisa: Contribuir no conhecimento científico e no direcionamento da intervenção dos Assistentes Sociais e outros profissionais que acompanham adolescentes em seu processo reflexivo sobre o seu futuro e a realidade da sociedade.

Essa pesquisa traz riscos mínimos para os participantes; os riscos estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista e/ou sensibilização

(emocional) diante das perguntas durante a entrevista. Para tanto, caso isso ocorra as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança, bem como se houver necessidade haverá encaminhamento a rede assistencial para acompanhamento dos participantes envolvidos nesta investigação, respectivamente. Ademais, caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo, procedimentos que visem à reparação e o direito à indenização.

- **O que se espera da pesquisa em relação aos pesquisados:** Espera-se que os mesmos possam compreender e refletir criticamente a realidade com seus dilemas-dificuldades, e que a pesquisa aponte caminhos de possibilidades de transformação de vida e da realidade social.

Privacidade dos pesquisados: Os dados coletados na entrevista serão transcritos, entregues para os sujeitos ratificarem seus depoimentos e permanecerão arquivados durante 5 anos com o pesquisador. Manter-se-á o sigilo das informações dos entrevistados garantindo a preservação da identidade, tanto na coleta dos dados como no tratamento e divulgação dos mesmos. O pesquisado desta investigação poderá se retirar o consentimento desta pesquisa em qualquer tempo.

- Pesquisador: Juliana Alves Barbosa _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL

A Instituição Centro Social Santíssimo Redentor - CAS devidamente informada sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos para sua realização, concorda em participar da investigação acima esclarecida denominada: As perspectivas de vida dos adolescentes: um caminho de possibilidades desenvolvida pela aluna Elaine Cristina Alves Sabino e sob a responsabilidade da Prof.^a Ma. Juliana Alves Barbosa

Aparecida, _____ de abril de 2019.

Nome da Responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “As perspectivas de vida do adolescente em vulnerabilidade social: desafios e possibilidades”, sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Alves Barbosa. Nesta pesquisa pretendemos “compreender as perspectivas de vida e futuro do adolescente em situação de vulnerabilidade social que participam de um projeto social na cidade de Aparecida – São Paulo”.

A participação dele é voluntária e se dará por meio de uma coleta de dados com uma abordagem qualitativa, com o intuito de conhecer a realidade investigada a partir das perspectivas de vida dos participante, aplicando o instrumento da entrevista com um roteiro de perguntas abertas e fechadas as quais serão gravadas em um gravador com sigilo. As análises se darão pelo método de triangulação, cujos dados coletados serão analisados levando em consideração as narrativas, o contexto social e todos aporte teórico da pesquisa.

Esta pesquisa apresenta risco mínimo (ou risco maior que o mínimo, se for o caso, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, etc.), os quais estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista e/ou sensibilização (emocional) diante das perguntas durante a entrevista. Portanto, caso isso ocorra as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto, segurança e se houver necessidade haverá encaminhamento a rede assistencial para acompanhamento dos participantes envolvidos nesta investigação, respectivamente.

Apesar disso, o menor tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa, de responsabilidade do pesquisador responsável. Se ele aceitar participar estará contribuindo na descoberta de possíveis caminhos de transformação de vida e da

realidade social e do conhecimento científico e no direcionamento das intervenções dos profissionais.

Para participar desta pesquisa, o menor sob responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você, como responsável, pelo menor, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. O menor não será identificado em nenhuma publicação. Os resultados estarão à disposição quando finalizada. O nome ou material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Para qualquer outra informação o sr.(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (120 981394835 (inclusive ligações à cobrar) ou pelo e-mail: juliana-alvesbarbosa@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de ÉTICA EM Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

Nome do pesquisador:

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu _____, portador(a) do documento de identidade _____, responsável pelo menor _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do menor sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar.

Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Aparecida, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) responsável

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “As perspectivas de vida do adolescente em vulnerabilidade social: desafios e possibilidades”. Nesta pesquisa pretendemos “compreender as perspectivas de vida e futuro do adolescente em situação de vulnerabilidade social que participa de um projeto social na cidade de Aparecida”, sob a responsabilidade da pesquisadora Juliana Alves Barbosa.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de uma coleta de dados com uma abordagem qualitativa, com o intuito de conhecer a realidade investigada a partir das perspectivas dos participantes, aplicando o instrumento da entrevista com um roteiro de perguntas abertas e fechadas as quais serão gravadas em um gravador com sigilo. As análises se darão pelo método de triangulação, cujos dados coletados serão analisados levando em consideração as narrativas, o contexto social e todo aporte teórico da pesquisa.

Ressaltamos que os riscos são mínimos, os quais estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista e/ou sensibilização (emocional) diante das perguntas durante a entrevista. Se você aceitar participar estará contribuindo na descoberta de possíveis caminhos de possibilidades de transformação de vida e da realidade social, no conhecimento científico e no direcionamento da intervenção dos profissionais que os acompanham.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Você

tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado sem permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Para qualquer informação o sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (12) 9839-4835 (inclusive ligações à cobrar), e e-mail: juliana-alvesbarbosa@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de ÉTICA EM Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

Nome do pesquisador: _____

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu _____, portador (a) do documento de identidade _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Aparecida, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) menor

ANEXO D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “As perspectivas de vida e futuro de adolescente em vulnerabilidade social: desafios e possibilidades”. Nesta pesquisa pretendemos “compreender as perspectivas de vida e de futuro do adolescente em situação de vulnerabilidade social que participam de um projeto social na cidade de Aparecida” por meio de uma coleta de dados com uma abordagem qualitativa, aplicando o instrumento da entrevista com um roteiro de perguntas abertas e fechadas as quais serão gravadas em um gravador com sigilo. As análises se darão pelo método de triangulação, cujos dados coletados serão analisados levando em consideração as narrativas, o contexto social e todo aporte teórico da pesquisa.

Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios de sua participação nesta pesquisa consiste em contribuir no conhecimento científico e no direcionamento da intervenção dos Assistentes Sociais e outros profissionais que acompanham adolescentes em seu processo de amadurecimento e reflexivo sobre seu futuro e a realidade da sociedade.

Destacamos que os riscos em relação a sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista e/ou sensibilização (emocional) diante das perguntas durante a entrevista. Entretanto para evitar que ocorram danos as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar a entrevistada, conforto e segurança, bem como se houver necessidade haverá encaminhamento a rede assistencial para acompanhamento dos participantes envolvidos nesta investigação, respectivamente. Caso haja algum dano ao participante será garantido ao mesmo procedimento que visem à reparação e o direito à indenização.

Para participar deste estudo o Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

O Sr. (a) receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) sr. (a) não será identificado em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 9839-4835 (inclusive ligações à cobrar), e e-mail: juliana-alvesbarbosa@hotmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, o (a) Sr. (a) poderá consultar o Comitê de ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

O pesquisador responsável declara que a pesquisa segue a Resolução CNS 466/12.

RUBRICAS:

Pesquisador responsável: _____ Participante: _____

Nome do pesquisador: _____

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ portador do documento de identidade _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “As perspectivas de vida de adolescente em vulnerabilidade social: desafios e possibilidade”, de maneira clara e detalhada e esclarecida minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Aparecida, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) participante